

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2012

----- No dia vinte e quatro do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Mário Fonseca e secretariada por Mário Sérgio Cunha e Joaquim José Rocha com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - Interpeção ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- 3 – Aprovação desafetação do domínio público do troço de caminho, assinalado em planta anexa da Informação n.º 3565/DMOA/ - Casa dos Casais, na freguesia de Vilar do Torno e Alentém;-----

----- 4 - Análise e discussão da Proposta de Lei n.º 44/XII, relativa à Reorganização Administrativa Territorial Autárquica; -----

----- 5 - Documentos Previsionais – Ano 2012 da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM-TS);-----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma hora e trinta minutos tendo respondido à chamada: José Augusto Campos Barros, Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Joaquim Silva Cardoso, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Claudia Patricia Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, Cristóvão Simão Ribeiro, João Carlos Correia, Maria Emilia Gonçalves Nunes Chamusca, Alberto Oliveira, Virginia Luzia Monteiro, João Amadeu Ferro, Joaquim Jose Bessa, Elsa Marques, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira de Morais presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Carla Susana Oliveira Duarte, representante legal do presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, Antonio de Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caide de Rei, Manuel Joaquim Mota e Sousa presidente da Junta de Freguesia de Casais, Eduardo António Sousa e Castro e Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Ferreira Meireles presidente da Junta de Freguesia de Covas, Jorge Simão de Sousa Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, José Manuel Sampaio Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras,

Antero Pinto Leal Ribeiro presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Manuel Rolando da Silva Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada S. Miguel, Amâncio Augusto Santos, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, Alberto Carlos Bessa de Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Moisés Dias Ribeiro presidente da Junta de Freguesia da Ordem, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, António Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém e Mário Fonseca num total de trinta e sete membros. Estiveram também presentes o senhor vereador Pedro Machado em substituição do senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores Leonel Vieira, Cristina Moreira, Maria Cândida Barreira, Eduardo Vilar e Agostinho Gaspar.-----

----- A Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

---- A senhor presidente da Mesa começou por informar que a alteração da composição da Mesa se devia à ausência da primeira Secretária Maria de Lurdes Castro, que faltava por motivos saúde. Esclareceu ainda que o senhor vice-presidente, Dr. Pedro Machado, substituíra o senhor presidente que não pode estar presente e que após reunião prévia dos representantes dos grupos municipais com o presidente da Assembleia ficou acordado que a Moção A apresentada pelo Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, aprovada na ata da Assembleia Municipal de Lousada de dezasseis do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, é nula porquanto extravasa o âmbito das atribuições do Órgão Deliberativo, pelo que deveria ser reconhecida a inexistência jurídica da mesma deliberação. Nesta Assembleia será apresentada uma Recomendação que consubstancia aquela Moção. E por fim deu conhecimento que José Augusto Campos Barros se encontra em substituição do membro Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto, que comunicou uma ausência por trinta dias, Virgínia Luzia dos Santos Monteiro substituíra o membro Jose Manuel Teixeira Gonçalves que comunicou uma ausência por trinta dias, Abílio António Ferreira Alves substituíra o membro Jose Bernardino Pinto Nogueira que comunicou uma ausência por trinta dias, Elsa da Silva Duarte Marques substituíra o membro

Ana Margarida Morais da Silva Neto que comunicou uma ausência por trinta dias, Presidente da Junta de Freguesia de Aveleda está representado pela sua representante legal Carla Susana Oliveira Duarte. -----

----- O presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que apresentou justificação de falta à sessão ordinária de dezasseis de dezembro de dois mil e onze, os seguintes membros: Mário Fernando Ribeiro Pacheco da Fonseca, Manuel Rolando da Silva Pinto presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel, Manuel Joaquim Mota e Sousa, presidente da Junta de freguesia de Casais, Joao Edgar Ferreira Avelino, presidente de Junta de freguesia de Lousada Santa Margarida. -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e seis minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: António Filipe Cardoso Barbosa-----

----- De seguida foi posta à discussão da ata da sessão anterior e não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da ata da sessão ordinária de dezasseis de dezembro de dois mil e onze, que foi aprovada por unanimidade de trinta e sete votos a favor e uma abstenção, do seguinte membro: Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada. ---

----- Eram vinte e uma horas e trinta e oito minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares. -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU-Coligação Democrática Unitária: «Senhor presidente da Assembleia, senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara em substituição doutor Pedro Machado, senhoras e senhores vereadores, senhores deputados, senhores presidentes e senhora presidente de Junta, público e comunicação social. Contrariando a atitude revisionista, revanchista e intolerante do governo de não dar tolerância de ponto na terça-feira de carnaval, a CDU saúda o executivo da Câmara de Lousada, sendo esta uma atitude de respeito pelos nossos concidadãos, tradição e tradição esta que se perde no tempo sendo que há registo de aqui em Lousada ser mais do que centenária desta festa que é do povo e a mais popular. Não é por isso forçar trabalhadores, a trabalhar forçado haja mais produtividade, muito pelo contrário, sendo que os trabalhadores não podem ser meramente um número que só conta para

estatística. Os trabalhadores têm de serem respeitados, tendo por isso direito ao lazer, a estar com a família, a inserir-se na sociedade, na vida associativa, política entre outras vertentes que causam dignidade humana. A CDU saúda também os nossos concidadãos, mais de uma centena, que no dia onze do corrente mês se deslocaram a Lisboa, integrando a grandiosa manifestação convocada pelos organismos de classe, contribuindo assim para que o Terreiro do Paço se transformasse no Terreiro do povo, mostrando assim a sua dignação e protesto contra ao pacto de agressão, exploração aos trabalhadores e ao povo. Recordava, também aqui nesta nobre sala um homem maior que os homens, o trovador das equitades o ZECA AFONSO que disse: “eu sou o que fiz” e eu digo, fez muito. E, é por isso e pelo delegado que nos deixou estando ele ainda, infelizmente nos dias de hoje atualizadíssimo, porque os vampiros são diferentes, mas vestem a mesma roupagem, os índios da meia praia, são os jovens deste país agora com formação, mas convidados a emigrar. Grândola senha de Abril, sendo também e sempre a voz do povo mostrando as sua indignação» -----

---- Eram vinte e uma horas e quarenta minutos quando deu entrada na Assembleia os seguintes membros: Francisco Manuel de Moura Mendes, presidente da Junta de Freguesia de Barrosas Santo Estevão, Abílio Antonio Alves e Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos. -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia, senhores secretários, senhor presidente de Câmara em substituição, senhoras e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, excelentíssimo público, comunicação social. Antes de mais peço desculpa se algum curto-circuito aparecer dado o estado das minhas cordas vocais, julgo que todos me desculparão. As minhas primeiras palavras terão de ser obrigatoriamente de satisfação, de alegria, por ver novamente entre nós, o senhor presidente da Assembleia, manifesto a minha satisfação e faço votos que a sua presença seja sinal de uma total recuperação e que venha com a disponibilidade de espírito, para de vez enquanto ver aquecer, e todos gostamos disso, nesta Assembleia, tirando-a do comportamento de rotina. Duas referências apenas, procuro sempre ser coerente comigo próprio, e na altura própria e por várias vezes teci acérrimas críticas, profundas críticas, por vezes, talvez violentas a comportamentos de anteriores executivos, no respeitante fundamentalmente

aos critérios ou há falta de critérios na nomeação de cargos. Pela mesma razão e coerente comigo próprio, tenho que manifestar o meu desagrado por algumas nomeações que se têm verificado da responsabilidade do atual governo. Para mim não é quem governa que conta, para mim conta como se governa. Poderão dizer e tem sido desculpa dos sucessivos governos que mantiveram em funções várias pessoas, de tal maneira que se nós formos avaliar a situação decorrentes das diversas análises dos sucessivos governos, teremos encontrados nomeados um autêntico arco iris, talvez a maneira de alegrar um pouco a política sombria que se pratica em Portugal. Mas sendo muitos ou sendo poucas as nomeações erradas, contra a ética que eu considero que sempre presidi sendo muitas ou poucas para mim, na minha maneira de ser basta uma só para ser objeto de crítica. O único critério terá de ser acima de tudo, competência e honestidade. Não ponho em causa de maneira nenhuma que haja cargos de confiança política e esse caso desde que as pessoas escolhidas sejam competentes e honestas, aceito, agora quando à competência, honestidade, sobrepõe outros valores, não aceito, venha os nomeados com avental ou sem avental. A segunda, questão que queria abordar e não me esqueço de que na minha primeira intervenção em que tive a honra de ver a minha palavra cortada pelo senhor presidente, portanto não me posso esquecer. Fiz votos de que o comportamento desta Assembleia servisse de exemplo para uma política aberta, democrática, frontal, mas com correção. Eu devo vos dizer com a maior franqueza que me sinto entristecido por algumas frases que tenho visto proferir aqui e na comunicação social, imprópria na minha modesta maneira de ver de uma democracia adulta e de verdade. Não é dirigido a ninguém esta minha crítica é dirigida a todos e penso que a minha condição de talvez menos jovem de todos presentes e o que tem sido a minha vida me dá força moral para lançar este repto, vamos mudar de rumo, vamos fazer uma política de verdadeira democracia com frontalidade, com verdade e de uma vez para sempre a palavra mentira seja abolido do vocabulário político, pelo menos desta Assembleia. Com uma garantia é que se alguém tiver a ousadia de me acusar de mentiroso terá que provar no local próprio, se não provar, eu sei as medidas que tomarei, mas não correrei esse risco, de certeza absoluta.»-----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e seis minutos quando deu entrada na Assembleia os seguintes membros: João Edgar Ferreira Avelino, presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida, Carlos Pedro Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo e Carlos

Manuel Correia Fernandes, presidente da Junta de Freguesia do Torno. -----

----- Intervenção do Sra. Claudia Lousada do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos secretários da mesa da Assembleia, excelentíssimo senhor presidente da Câmara em substituição, excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados, excelentíssimo público e comunicação social. É com grande satisfação que tomamos conhecimento do Projeto do Centro de Interpretação do Românico a edificar junto à Praça das Pocinhas no nosso concelho. Queremos aqui louvar a disponibilização do terreno por parte deste executivo, para um projeto que consideramos catalisador que fará da Rota do Românico, não só embaixadora do norte e do Vale do Sousa, mas também de Lousada. De facto, uma estrutura destas fomenta a aprendizagem, valoriza a importância do património arquitetónico e potencia o lançamento de produtos domínio cultural, do turing, do turismo em espaço rural, do turismo de eventos e do turismo ativo. O Vale do Sousa, apresenta um conjunto de recursos turísticos, que devidamente valorizado e, devidamente promovido poderá constituir um aspeto determinante de atratividade turística. Desta forma, a porta de entrada da Rota do Românico, será em Lousada. Pelo que deixo aqui o desafio a este executivo, para definir uma estratégia de forma a potenciar esta entrada de turistas em Lousada como uma oportunidade para o desenvolvimento económico-social do concelho. Por último, não poderei deixar destacar que o sucesso deste projeto Vale do Sousa deve-se essencialmente à competência e dinamismo da doutora Rosário Machado e acima de tudo da coesão e dinâmica dos municípios do Vale do Sousa. Este é um projeto supramunicipal, pelo que agradeço e dou os parabéns à Comunidade Intermunicipal do Vale do Sousa, pela iniciativa e pela decisão da edificação deste Centro em Lousada. Há muito que gostaríamos de ter um museu de Lousada, em Lousada, não o temos, mas vamos ter o Centro de Interpretação do Românico, bem-haja.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «A bancada do Partido Socialista saúda com imensa alegria, o regresso do senhor presidente doutor Mário Fonseca a esta Assembleia e que Deus permita que seja em definitivo. Refiro-me a uma ata desta Assembleia de dez de dezembro de dois mil e dez, afirmou um deputado do Grupo Municipal “Lousada Viva” o seguinte: página trinta e cinco, “eu fiz

contra ao facto do trânsito no centro da vila estar caótico. Que as obras de remodelação no centro urbano foram as que provocaram toda essa situação. Nessa altura disse aqui que se houvesse civismo por parte de todos os cidadãos no cumprimento das regras de trânsito a situação resolvia-se. E de aqui até lá o que é que mudou? Em apenas dois meses repararam numa coisa, houve mais fiscalização no trânsito, o trânsito agora flui completamente. Não temos assistido a qualquer tipo de impedimento, quando há boa vontade as situações conseguem-se resolver a bem.» -----

----- Resposta do Sr. Vice- Presidente da Câmara: «Muito boa noite a todos. Começando pela intervenção do senhor Xavier Pires, de facto parecia-nos inadequado não conceder tolerância de ponto e em boa hora tomamos essa decisão, porque constatamos nas ruas que de facto, há tradição também em Lousada nesta festividade. Tive o prazer de estar não só aqui na vila, mas na Aparecida e Santo Estevão e eram milhares de pessoas nas ruas. Entendemos que não faria sentido deixar de conceder esta tolerância, conforme tem vindo a ser constantemente concedido. Para o ano provavelmente o governo também não vai conceder, mas nós aí já estamos a pensar numa estratégia, seja ela um banco de horas, conceder um dia de férias, mas entendemos que neste dia não fará sentido, não conceder esta tolerância de ponto, porque de facto as pessoas tem essa tradição. Relativamente, à intervenção do senhor Capitão Campo de Barros, também gostaria muito de erradicar do meu vocabulário a palavra mentira. O cerne da questão não são os vocábulos, o cerne da questão são as ideias que nós aqui ouvimos nesta Assembleia e se as mesmas correspondem à verdade ou não. E, quando as ideias não correspondem à verdade, podemos-lhe dar outro nome, podemos chamar-lhe falsidades, inverdades como desejarem, mas uma coisa que não é verdade costumasse dizer que é mentira. Mas confesso gostava muito de não ter que usar essa palavra, acho que todos nós e os Lousadenses agradecemos. Relativamente, à intervenção da doutora Cláudia Lousada, obviamente que o concelho de Lousada e a Câmara se congratulam e muito com este projeto que vamos acolher aqui na vila. Na verdade o Centro de Interpretação da Rota do Românico do Vale de Sousa é porventura o maior investimento deste projeto Intermunicipal. Como sabem a rota do Românico do Vale de Sousa já não precisa de apresentações é um projeto já com resultados visíveis, inclusivamente já foi objeto de diversos prémios. Há um sentimento unanime em todos os municípios, que de facto foi uma aposta ganha para toda a região. É um projeto também que tem novos desafios que é o

alargamento ao Tâmega e que de facto está no bom caminho e isso deve-se como disse e bem há competência, ao empenhamento da doutora Rosário Machado e à coesão Intermunicipal que existe neste projeto. É uma prova de que quando os municípios se unem com um objetivo comum todos ficam a ganhar. No caso, de Lousada é evidente como disse e para nós é excelente, porque temos a plena convicção da importância que este projeto vai ter não só para região, mas e sobretudo aqui para Lousada, como disse e também Lousada vai ser uma porta de entrada neste projeto. E, portanto não estamos distraídos, como já dever ter percebido e isto encaixa que nem uma luva na estratégia que não é da agora, uma estratégia já com alguns anos de aposta nesta área do turismo. Relativamente, à intervenção do senhor Santos, é um assunto que já está tão repisado a questão dos funcionários que me dispense de comentários. Relativamente, à intervenção do Néilson, de facto é uma realidade que houve aqui uma alteração e queria destacar aqui e dar também as boas vindas ao novo Comandante do Posto da GNR. Julgo que não terá coincidência o facto de nós agora sentirmos que algo está diferente em termos de ordenamento de trânsito e não só e isso deve-se às qualidades de chefia deste Comandante que aqui felicito e desejo-lhe os maiores sucessos nesta sua missão.»-----

----- Intervenção do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Antes de passar à votação das propostas. Queria agradecer a palavras que me dedicaram. Fico muito grato por elas.» -----

----- De seguida foi apresentada a proposta número dois do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à doutora Rosário Machado, da Associação de Municípios do Vale do Sousa, pelos relevantes serviços prestados a Lousada e à região através da Rota do Românico do Vale do Sousa, programa cultural e turístico que no ano de 2010 foi galardoado com o 35th Golden Award for Tourist, da Trade Leaders Club and Editorial Office, o Prémio Novo Norte, categoria norte civitas 2010 e a medalha de Mérito Turístico (grau prata) atribuído pelo Governo Português” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de quarenta e cinco votos. -----

----- De seguida foi apresentada a proposta número três do seguinte teor:
“A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à equipa masculina de hóquei de sala da Associação Desportiva de Lousada pela conquista do título Campeão Nacional de Sub-18 da época 2011/2012”-----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de quarenta e cinco votos.-----

----- De seguida foi apresentada a proposta número quatro do seguinte teor:
“A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à equipa de seniores masculinos de hóquei de sala da Associação Desportiva de Lousada pela conquista do título Campeão Nacional da época 2011/2012”-----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de quarenta e quarenta votos.-----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista-----

----- E foi também apresentada a recomendação A (que vem de certa forma substituir a Moção aprovada na anterior sessão da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2011) do seguinte teor: “Com o objetivo de se criarem laços de ajuda efetiva para com as instituições do concelho que atuem no domínio da ação social, nomeadamente no apoio às famílias lousadenses mais carenciadas e no apoio a pessoas portadoras de deficiência, e pelo dever público acrescido que a atividade política confere aos membros desta Assembleia e que, na medida do possível, todos devem prosseguir, o grupo municipal da coligação PPD-PSD/CDS-PP, apresenta a seguinte recomendação: 1 - um quinto do valor das senhas de presença auferido por cada membro desta Assembleia Municipal em cada ano civil, seja doado a uma instituição lousadense que atue no domínio da ação social, de apoio a famílias carenciadas ou de apoio a pessoas portadoras de deficiência; 2 – A instituição, a merecer esta doação, será escolhida mediante proposta de líderes de bancadas antes da última sessão ordinária de cada ano civil; 3 – Na última sessão ordinária de cada ano civil será divulgada a instituição que irá receber o valor da doação referida no ponto um; 4 – No dia da sessão ordinária subsequente, ou seja no dia da primeira

sessão ordinária de cada ano civil, será entregue o valor da doação ao representante da instituição escolhida, o qual poderá prestar umas breves palavras sobre a atividade desenvolvida pela sua instituição; 5 – Para efeitos imediatos, o grupo de líderes de bancada reunirá, no mais curto espaço de tempo possível, para escolher a instituição que irá receber a primeira doação, a ter lugar no dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal do mês de Abril” -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Duas pequenas questões. Uma para perguntar ao senhor presidente em exercício, como está a situação relativa às medidas de segurança na escola? Deu uma explicação, estava em estudo, queria saber se esse estudo se vai prolongar por muito tempo? Segundo, porque contrariamente à maioria dos políticos, talvez por ser politicamente incorreto, por sistema tem boa memória, queria perguntar o que é que se passa com a situação aqui proposta respeitante às irregularidades ou más localizações de estacionamento de transportes públicos? Da outra vez, foi esquecimento, certamente será o mesmo, aguardo contacto para colaborar na elaboração de inquérito. E, apenas quero lembrar, se os políticos por sistema já são considerados pessoas de fraca memória por esquecer o que prometem, alguém que se quer candidatar a um lugar político e que demonstra tão pouca memória, é um handicap negativo.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, senhores secretários, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, excelentíssimo público e comunicação social. O desafio foi-nos colocado, a análise da ata pelos vistos estará em discussão e, portanto correspondo ao desafio que me foi colocado pela Bancada do Partido Socialista para analisar então as referidas afirmações na passada Assembleia Municipal. Embora os assuntos sejam os mesmos da Assembleia passada, peço desculpa, porque não percebi e estava de facto a relaciona-la com a Assembleia passada. Até confesso-lhe

que andava à procura da página trinta e cinco das tais afirmações e não encontrava, era um dos pormenores que lhe tinha para dizer. Relativamente, aos assuntos que foram aqui colocados e começando mesmo até por um enfim, invertendo aqui um bocadinho as intervenções anteriores. Relativamente à questão do trânsito agora confesso que fiquei confuso. E fiquei confuso porquê? Porque às tantas aquela afirmação que o senhor vereador Pedro Machado nos profere na passada Assembleia, o trânsito não funciona, é verdade, acontece por falta de civismo da maior parte dos condutores. Isto sim está na página vinte e três, da última ata. E reparem que isto para a mim causa alguma estranheza, a questão do trânsito não funcionar por falta de civismo. Agora fiquei confuso, porque afinal funciona, porque temos um novo comandante e as suas qualidades de chefia leva a que o trânsito funcione, isto só corrobora esta última afirmação, só corrobora a primeira afirmação de que afinal há falta de civismo. E temos aqui uma entidade política com elevada responsabilidade que afinal aquilo que existe pela não fluidez do trânsito é pura e simplesmente falta de civismo dos condutores. Esta é afirmação que está aqui na página vinte e três, não sou eu que estou a proferir, bem tudo o resto não conta para este campeonato, para a falta de fluidez do trânsito, é só mesmo falta de civismo dos condutores, diz o senhor vereador Pedro Machado. Não será por outras barreiras que entretanto foram criadas, não será por uma falta de uma verdadeira circular à vila, não será enfim por um outro aspeto de ponto de vista sinalética, de ordenamento, reordenamento de fluidez de trânsito, não será por nada disso, é pura e simplesmente diz o senhor vereador Pedro Machado falta de civismo dos condutores. E relativamente à questão do trânsito, creio que ficamos todos esclarecidos, mantendo-se o novo comandante da GNR a partir de agora o trânsito flui e a falta de civismo é superada pelas qualidades de chefia do novo comandante do posto da GNR, a quem saúdo. Nessa mesma página e só para que não passe já para outro assunto, porque nesta mesma página da ata e esta também uma das discussões fervorosas que fomos tendo aqui ao longo de alguns meses, nomeadamente desde o tempo da discussão pública do projeto de Requalificação da Zona Urbana da Vila tem a ver com o parque de estacionamento subterrâneo. E de facto não pretendia retomar este assunto, não fosse de facto a afirmação que o senhor vereador Pedro Machado também profere relativamente à questão do parque de estacionamento. E diz, passo a citar página vinte e três: “ Nós nunca acolhemos essa ideia por uma razão muito simples, não tanto pelo investimento inicial, porque é um investimento que se tem uma vez, mas

sobretudo pelos problemas que isso causa na gestão diária”. Aqui a questão, a tónica não é o investimento não é o facto de fazer ou não se fazer, é um problema de gestão diária. É, ou seja, concluo e esta é uma conclusão minha e corrija-me se estiver a fazer uma conclusão deturpada desta afirmação, trata-se de uma incapacidade ou de uma falta de capacidade da gestão diária de um parque de estacionamento subterrâneo. E só porque estamos na mesma página quis também trazer à coação este assunto, porque de facto há aqui um reconhecimento de que o parque de estacionamento subterrâneo não seria uma ideia descabida por parte da Coligação Lousada-Viva, não, nem até do ponto do investimento em si, isto nas palavras do senhor vereador Pedro Machado. Mas sobretudo pelos problemas que isso causa na gestão diária, esta é por e simplesmente a questão que temos relativamente a este assunto. Depois, e já que estamos a falar enfim de alguns assuntos e de algumas questões que são aqui colocadas do ponto de vista por uns entendem com mentiras outros entendem como inverdades. O que é certo, é que, reiteradamente assistimos aqui a um exercício, a um engenho de colocar e de fazer aqui algumas perceções deturpadas das afirmações que vêm sendo ditas pela Coligação Lousada – Viva. Uma outra afirmação que a Coligação Lousada – Viva têm dito e que vocês tentam a toda a força deturpa-la, tem a ver com a dívida do Município. Na última Assembleia foram abundantes na afirmação de que a Lousada-Viva têm dito reiteradamente que a Câmara se encontra na banca rota. Meus senhores, não confundam banca rota do país, com uma dívida de cerca de vinte milhões do Município de Lousada que é completamente diferente, é completamente diferente, banca rota, se alguém utiliza banca rota aqui nunca se referiu à banca rota da Câmara Municipal. Mas, sim Coligação Lousada – Viva, como disse e bem têm vindo alertar para o excessivo endividamento da Câmara Municipal. Têm capacidade de endividamento, não é essa a questão. Afirmação é esta, o endividamento da Câmara Municipal tem vindo a aumentar facto que leva a consubstanciar entre dívidas a fornecedores, dívidas à Suma, compromissos assumidos, etc. Na ordem dos vinte milhões de euros é essa afirmação que vocês podem encontrar, para localizar o senhor Santos, posso dizer-lhe que é às tantas na página trinta da última ata onde encontra aí as afirmações, relativamente a este assunto.»-----

----- Esclarecimento do Senhor presidente da Mesa: «Os senhores deputados sabem que não podem dialogar com quem está a falar, portanto

temos que respeitar as regras do funcionamento da Assembleia.» -----

----- Continuação da resposta do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Relativamente ao assunto colocado reiteradamente e mais uma vez neste exercício de algum engenho para colocarem outras afirmações na nossa boca, têm haver precisamente com a questão Recursos Humanos. Mas, aqui gostaria de fazer um pequeno filme relativamente à discussão deste assunto. E o filme é um filme retrospectivo, que se pode entroncar na última Assembleia. Diz o senhor vereador Pedro Machado que os técnicos da Câmara são recrutados pela sua competência e, portanto dizia o senhor deputado João Ferro e proferiu aqui algumas declarações até emotivas de seu ponto de vista, enfim da indignação por parte da declaração proferida pela Coligação Lousada – Viva, relativamente à competência dos técnicos. O senhor pode desfolhar a ata toda da última Assembleia, quer o senhor deputado João Ferro, quer o senhor vereador Pedro Machado, podem desfolhar a ata toda e ver se encontram alguma afirmação da Coligação Lousada – Viva de acusar os Recursos Humanos, os quadros da Camara Municipal de incompetência. Ora bem a competência aquilo que a Coligação Lousada – Viva tem dito não se trata de colocar em causa a competência dos técnicos da Câmara Municipal, nunca. E posso situar-lhe na ata algumas declarações, relativamente à questão da competência dos técnicos e de uma outra acusação que vocês nos fazem de queremos demitir funcionários da Câmara. Podem encontrar na página, por exemplo, na página sessenta e cinco e na página sessenta e nove, um excerto apenas de afirmação da Coligação Lousada – Viva, categórica relativamente a estes dois assuntos. Competência e despedimento de funcionários. Ora, no início da página sessenta e cinco a senhora deputada doutora Branca de Sousa diz “aquilo que é necessário, ou seja, não seria agora o momento oportuno para avaliar a necessidade de permanência desses funcionários a termo e assim tentar racionalizar e otimizar os serviços”. Na página sessenta e nove diz assim, novamente “eu só queria dizer apenas a Coligação Lousada – Viva em momento algum disse que se deveria despedir pessoas do Município de Lousada”, se isto não é uma afirmação categórica, por favor. Quer dizer, tentem, construir aqui algo mais, que tire o ponto final aqui nesta afirmação, porque efetivamente creio que não deixa margens para dúvidas. Mas, neste assunto gostava de dizer duas coisas. De facto, saudar os funcionários das autarquias pela sua competência, porque nesse aspeto num quadro tão alargado de funcionários, há uns melhores e há uns que não são

tão bons quanto aqueles que de facto se evidenciam mais. É normal. Numa organização há sempre aqueles que se empenham mais, há outros que se empenham menos, mas não é isso que está em causa. Muitas vezes isto também passa pelas suas próprias lideranças, que por vezes tem orientações superiores, enfim isto na gestão dos recursos humanos tem muito que se lhe diga. O que é certo que não é isso que está em causa relativamente à competência dos funcionários da Câmara. Até porque todos sabemos que muitas vezes a competência de um colaborador substitui a incompetência do seu chefe da sua hierarquia. E não é isso que está em causa, admito, não conheço naturalmente todos os funcionários da Autarquia, como é lógico posso até conhece-los pessoalmente mas do ponto de vista profissional não os conheço e não posso avaliar quanto à sua grande ou menor competência profissional. Só referir aqui relativamente a isso que aquilo que Coligação Lousada – Viva tem dito é uma coisa muito simples e portanto nunca se tratou de solicitar ou de defender o despedimento de recursos humanos. Sempre dissemos que a gestão dos recursos humanos da Autarquia deve passar por políticas que no nosso entender visem a otimização dos recursos que temos e isso a doutora Branca também acabou por explicar bem na sua última intervenção. E portanto não ficam essas dúvidas. Agora, aquilo que também defendemos e creio que é isto que defendemos todos nós estamos aqui dentro nesta sessão, quer cá dentro, quer lá fora é que os critérios de recrutamento de funcionários devem ser o mais claro e os mais transparentes possíveis. É algo, que defendemos nós. Acredito, defendem vocês também quer cá dentro, quer lá fora. E os critérios de seleção de Recursos Humanos devem ser os mais claros, mais transparentes e públicos. E públicos se possível, porque reparem, não podemos ficar amarrados a alguma questão particular que beneficie ou prejudique outrem em detrimento de algum laço, de alguma ligação preferencial. E essa questão crê que defendemos nós, defendem vocês e portanto é algo que me parece consensual. Depois dizer-lhes que relativamente ao quadro, ao mapa de recursos humanos, mais um daqueles exercícios de algum engenho de tentar deturpar aquilo que nós temos vindo a dizer. A Coligação Lousada - Viva nunca disse que a Câmara tem mil funcionários, quer na sessão anterior, quer na ata da reunião de executivo, quer hoje lhe vou dizer que nós não dizemos que a Coligação Lousada – Viva, tem mil funcionários. Desafio o senhor Santos, desafio o senhor deputado em vez de colocar o quadro de pessoal de recursos humanos da autarquia coloque e cole ali o extrato de pagamentos da autarquia a colaboradores. E portanto, colocando aí o extrato já vê que há um diferencial entre quadro e extrato, relação de

pagamento de vencimentos. Vai encontrar aí uma diferença, certamente. Depois, dizer-lhe que enfim, podemos andar aqui a discutir o número se são novecentos e noventa e nove vencimentos, se são mil vencimentos, se são novecentos e noventa e oito ou mil e um vencimentos. Podemos até discutir isso ao pormenor e vamos ver que essa discussão se calhar até não tem tanto interesse terá certamente um maior interesse a discussão relativamente ao rácio de funcionários por mil habitantes. Que aí o senhor Santos também me dará razão que Lousada é o Município na região do Vale do Sousa que tem o maior rácio de funcionários por mil habitantes. Portanto, posso mostrar-lhe este quadro que é um estudo CCDRN, portanto não é meu, não fui eu que fiz este cálculo, confesso-lhes. Pese embora há uns anos atrás já o tenha feito e já aqui tenha dito que Lousada quase poderia definir um gestor de município, porque tem funcionários. Enfim, este facto foi um exercício mais matemático. O número de habitantes a dividir pelo número de funcionários daria aqui um gestor de município, quase que daria um funcionário para cada cinquenta municípios. E, portanto contas redondas confesso-lhes há uns anos atrás fiz este exercício dava mais ou menos esta conta. O que, é certo é que agora não sou eu a fazer o exercício matemático é a CCDRN, portanto Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, que faz este estudo de caracterização dos recursos humanos, dos municípios da região norte e encontra este rácio efetivos por mil habitantes. E, portanto isto referindo-se a dois mil e dez e tenho aqui Lousada é o município da região do Vale de Sousa com o maior rácio de funcionários por mil habitantes. E, portanto podemos discutir um número se são mil vencimentos, se são novecentos e noventa e oito vencimentos a quem paga, se são mil e um. O certo é que temos aqui algo que é objetivo, que é Lousada, efetivamente tem o maior rácio de funcionários por mil habitantes. Aliás basta analisar a conta do orçamento, despesas com pessoal para percebermos que temos um enorme encargo financeiro nas despesas correntes são naturalmente com despesas de pessoal. Essa discussão também tivemos-la na Assembleia passada e não vale a pena trazê-la cá novamente à memória, mas o certo é que todos concordamos que a despesa com pessoal tem um enormíssimo peso nas despesas correntes. E, portanto dizer-lhes que não vale a pena fazer esse exercício de procurar colocarem afirmações na boca da Coligação Lousada - Viva de uma forma deturpada. Aquilo que a Coligação Lousada – Viva mantem e estamos a falar de um quadro de funcionários. Aliás o senhor Santos aqui acabou por confirmar só se esqueceu de mencionar um aspeto para essa contabilidade dos vencimentos. Que é os funcionários que

também são recrutados ao centro de emprego todos os anos, são recrutados ao centro de emprego numa política, até enfim não me parece nada condenável. Acabam por desempenhar a sua atividade, tem uma ocupação, tem oportunidade de uma experiencia, um baixo salário para a Câmara Municipal, mas conta como salários, conta como vencimentos, porque naturalmente também, recebem direi à volta de duzentos e cinquenta euros, enfim também conta como vencimentos e portanto esqueceu de colocar esses na sua contabilidade. Se juntar esses à sua contabilidade vai ver podem não serem mil, mas vai encontrar provavelmente um número muito próximo desses. Portanto, resguardo-me para a segunda volta para não esgotar todo o tempo. Para poder “refustar” algumas das acusações, também da bancada do Partido Socialista e do membro Xavier Pires.»-----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Carlos Nunes, dúvida deste mapa? Está aqui rubricada por todos chefes de departamentos. Dúvida deste mapa, que a Câmara tem setecentos e cinquenta e cinco funcionários, incluindo os que vieram transferidos da DREN. Dúvida deste mapa? Se não dúvida como é que a Câmara pode passar mil ou mais recibos. Como? Diga-me como? Essa do rácio de habitante não é sua, não foi você que fez as contas, foi o doutor Jorge Neto, nessa tal ata de dez de dezembro de dois mil e onze. Foi o senhor doutor Jorge Neto, não foi o senhor. Foi ele que falou nesse rácio e foi ele que disse isso, não queria pronunciar o nome dele, mas foi ele que disse aqui nesta Assembleia que a Câmara de Lousada tinha mil ou mais de mil habitantes, ou julga que estou a inventar, desculpe mil ou mais de mil funcionários. Não estou a inventar nada, eu li. Agora, o senhor estava distraído aí com outras coisas não percebeu que me referia à ata de dezembro de dois mil e dez. Quanto à dívida da Câmara nós vamos ter ocasião de falar nisso em abril. E não sei se reparou, deve ter ai nos seus documentos este mapa, têm? Sabe lê-lo? Não sabe, vocês não sabem ler o mapa, não sabem. Sempre que levanto este mapa, digo, vocês não sabem ler e vocês não dizem nada. É natural que não saibam ler este mapa, nem lhe vou dizer o que diz este mapa. Em dezembro quando discutirmos. Essa coisa dos vinte milhões de euros que a Câmara deve. Eu recordo-me perfeitamente em abril. O senhor ainda há tempos disse diplomaticamente que eu sou velho, disse aqui diplomaticamente, disse que eu sou um velho, mas vou dizer-lhe recordo-me perfeitamente o ano passado quando discutimos aqui os documentos demonstrativo das despesas da Câmara, referi aqui que a dívida líquida da Câmara era dez milhões e poucos euros,

não vi ninguém dessa bancada levantar-se para contestar aquilo que disse. E referi aqui os números, dívida a fornecedores, de indivíduos que devem à Câmara, dívida que se deve aos bancos. Fiz todas as contas aqui até ao cêntimo e não vi aqui o senhor referir que a Câmara que deve esses milhões. Quando chegarmos a abril vamos discutir isso e vamos ver os milhões que a Câmara deve.»-----

---- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu, estou admirado da lata com que e desculpe o senhor Capitão, com que algumas pessoas mentem aqui nesta Assembleia Municipal. Nunca usei a palavra mentira, mas hoje tenho que a usar. E vou dizer porquê? Porque o senhor Agostinho Gaspar vereador, na reunião de camara de dezanove de dezembro, que está em ata número cinquenta e três. Nas atas, que eu vou falar, toda a gente as têm em vosso poder, podem ler o que lá está escrito, de facto, disse a determinada altura e na aquilo que se refere ao que eu disse, ao que eu cometei, que no quinto ponto referindo por ele o seguinte: Fomos acusados que achamos que os técnicos da Câmara Municipal são incompetentes, isso, eu repito, é falso. Nunca dissemos que os técnicos da Câmara são incompetentes. Mais à frente diz: nunca dissemos, ao contrário do que foi dito (já foi afirmado aqui que foi dito por mim) que os técnicos da Câmara são incompetentes. Pois, já aprovaram a ata onde eu fiz uma intervenção relativamente as afirmações que os senhores fizeram. E nessa ata vocês podem lê-la que têm em vosso poder nunca disse que vocês disseram que chamaram os funcionários de incompetentes. O que vocês disseram foi outra coisa que tem o mesmo significado. E eu vou ler o quê que vocês disseram, a Câmara Municipal de Lousada prefere de forma exagerada contratar serviços a outros técnicos fora de autarquia, isto é sinónimo de que o município não tem contratado técnicos e assessores pela sua capacidade técnica. Acha muito diferente, eu não acho. E os técnicos também não acham. Essa afirmação saiu-lhes mal. E, portanto lendo a ata, podem ver que nunca utilizei qualquer tipo de adjetivo sobre o que foi dito. Até, porque não o achei necessário para se perceber o significado daquilo que disseram, acabei agora de referir. Este punhado de lamentações faz-me lembrar, no que diz respeito à vossa atitude, a história de um individuo que assaltou um banco, ao sair de um banco pega na pistola mata um funcionário. Mais tarde, é apanhado pela polícia, que o leva a tribunal perante o juiz. E o juiz condena – o à prisão. Quando a leva para a prisão, chega lá dentro, uns dos prisioneiros está lá dentro, perguntou-lhe, porque é que está aqui? Respondeu, estou aqui,

porque um polícia me apanhou e, porque um juiz me condenou. Não está lá pelos crimes que cometeu? Essa atitude lembra-me a vossa atitude, porque o que vocês estão a tentar fazer, neste momento é uma tentativa da vitimização. Por parte, não me interessa de quem teve as intervenções. É por parte de toda a Coligação PSD-CDS Lousada. Que não passa de uma nova tática de tal como todas as outras utilizadas até agora, estará votada ao insucesso.»-----

----- Eram vinte e duas horas e trinta e dois minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Dora Manuela Rocha -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Doutor Carlos Nunes, não sei se chegou há pouco tempo de um país estrangeiro, como Burkina Faso ou a Índia, mas de certeza que não esteve cá nas ultimas sessões, porque repetidamente aquilo que esta Assembleia faz é discutir temas recorrentes. E novamente, para nosso gáudio, não para o meu, mas para o vosso, voltamos a falar no parque de estacionamento. Penso que a posição foi aqui reafirmada pelo senhor vice-presidente da Câmara, é clara e sempre foi clara e, sabe muito bem que não é só a questão da gestão do parque de estacionamento que esteve aqui em causa, creio que ele reafirmará, certamente. E penso que foram aqui aduzidos nos últimos anos argumentos mais do que válidos para os senhores dissimuladamente já terem colocado de lado essa ideia peregrina. Quero-lhe dizer uma coisa, estive aqui na última Assembleia, fui eu que provoquei a doutora Branca de Sousa e, fui eu que interpelei novamente a doutora Branca de Sousa, porque ela cometeu ou não, não sei, um erro ou uma gafe ao afirmar o que afirmou sobre os empregados da autarquia. E posso dizer-lhe mais não está na ata, mas garanto-lhe que está nas gravações e garanto-lhe que se quiser apostar ou fazer o que quer que seja relativamente à sua afirmação, garanto-lhe que essa afirmação da doutora Branca está lá. E não terei a mínima reticência em pegar nessa gravação logo que a tiver em demonstrar que não é verdade aquilo que disse aqui. E lá vamos nós para a mentira. Sabe esta ata que não contém esta afirmação da doutora Branca, não vale de nada, ela não disse, porque não está na ata. Mas os senhores em dois mil e dez falam dos mil trabalhadores e a ata, o documento já não vale nada. Esta ata que não diz, tem todo o valor. A ata de dois mil e dez em que os senhores falam de mil trabalhadores, não tem valor nenhum. Mais uma coisa, hoje quando vinha de Lisboa houve um acidente em Alverca, sabe, e o trânsito estava todo congestionado. Não era, porque as vias estivessem

interrompidas, sabe, era porque os condutores normalmente param, gostam de sair. Os portugueses são um povo desse género e, normalmente quando há um acidente numa faixa a outra também param, ainda que seja no sentido inverso. O senhor deputado é a única pessoa aqui nesta Assembleia pelo que parece que não compreende, que não sabe como é que é a mentalidade e como é que funciona os portugueses. Como é que funciona o trânsito. E como é óbvio uns dos fatores, pois não, pois não sabe, não pode saber, porque se não sabe eu digo-lhe bastava estar sentado quinze minutos à frente da Caixa Geral de Depósitos para perceber quantas pessoas é que estacionavam em local que é proibido, interrompiam o trânsito ou nunca fez esse exercício. Quer que lhe diga mais algum sítio para fazer exercício desses, é bom. Eu digo-lhe uma coisa senhor deputado uma breve pesquisa que poderá fazer na internet, há três coisas que encontra, na comunicação social e em comunicados oficiais. Na comunicação social que nunca foram desmentidos e em comunicados oficiais do PSD Lousada, encontra quase vinte milhões de euros, encontra vinte milhões de euros e encontra mais de vinte milhões de euros. O último comunicado que li sobre esse assunto dizia o PSD apenas disse que no final do ano a autarquia deve vinte milhões, em que é que ficamos? Quem é que a final anda aqui a balançar no barco. É preciso chamar o comandante para socorrer as tropas ou vai se definir.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” – Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e representantes da Mesa, excelentíssimo senhor presidente em substituição, excelentíssimas vereadoras e vereadores e excelentíssimos colegas desta Assembleia. Realmente, o PSD desde algum tempo a Coligação anda muito nervosa. É essa acusação que nos tem feito, nós andamos nervosos, vimos para cá vitimizar-nos, porque as eleições aproximam-se e nós temos muito a perder, somos nós que governamos a Câmara há vinte e dois anos, somos nós que há vinte e dois anos fazemos concursos para admissão de pessoal e por isso, todos nós temos muito a perder com isto e, por isso, daí toda a vitimização que temos feito. Relativamente, aos funcionários efetivamente agradecia que fixagem na porta, se o senhor presidente permitir, setecentos e cinquenta e cinco menos dez, fora os da Lousada Século XXI, não deve andar muito longe dos mil, mas já fico a saber que são setecentos e cinquenta e cinco funcionários. Agradeço, porque finalmente tenho o número e já fico feliz que tenham apresentado aqui o número exato, tirando

os da Lousada Século XXI. Relativamente, àquilo que procuraram transcrever da ata, que afirmamos que dizer que contrataram pessoal externo é não reconhecer a competência ao pessoal da Câmara, desculpem, não vou utilizar a palavra mentira, mas é uma inverdade. É uma inverdade no mínimo, significa uma coisa muito simples, é que a Câmara tem poucos funcionários e têm tão poucos funcionários que precisa de contratar serviço externo. É a única justificação que nós podemos encontrar. Se têm setecentos e cinquenta e cinco funcionários e depois precisa de contratar uma série de serviços avançados, muitos deles serviços jurídicos, serviços técnicos específicos para os quais têm pessoal contratado nos quadros da Câmara e mesmo assim precisa de contratar fora, significa que o pessoal que está no quadro não é em número suficiente para resolver estas questões. É esta a conclusão que nós tiramos, provavelmente é necessário abrir aí mais uns concursos, para contratar mais gente para a Câmara. Relativamente, à questão da ata foi aprovada não por unanimidade, mas com uma abstenção. É grave, se alguma coisa que não está transcrita na ata, não quero acreditar que isso seja verdade, voto unanimemente as atas, porque acredito que elas são transcritas *ipsis-verbis* daquilo que aqui é dito e, se isso aconteceu, digo que é bastante grave. Não quero acreditar que isso é verdade.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Podem acreditar que são transcritas na íntegra.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Efetivamente, esta última parte que ouvimos é preocupante. É preocupante, porque temos aqui um reputado membro da bancada do Partido Socialista, o senhor deputado João Correia, que faz aqui uma afirmação efusiva contra esta última afirmação que todos nós ouvimos, eventualmente não esteja gravada e o senhor presidente da Assembleia a garantir que tudo aquilo que é dito está gravado. E algo não está aqui a bater certo e isto é de uma gravidade preocupante, porque temos aqui um reputado deputado que efetivamente hoje não fez aquele exercício de estar sentado na Caixa Geral de Depósitos, porque apanhou um acidente na vinda de Lisboa, mas acredito que o já tenha feito em dias em que não apanhou acidentes na vinda de Lisboa. Entrando aqui no assunto que me parece mais importante para o debate não esgotando aqui tanto aqui o tempo, têm a ver com a última intervenção do senhor deputado senhor João Ferro, que de facto reconhece aqui querer

dizer aquilo que com outra palavra não disse, mas que de facto coloca aqui uma afirmação relativamente à competência dos técnicos da Câmara. Mais uma vez quando afirmação que está transcrita da ata apenas diz é sinónimo de que o Município não têm contratado técnicos e assessores pela sua capacidade técnica. Ora isto dá para interpretações que os senhores querem, mas também dá para interpretação e para a verdadeira interpretação e daí estar-vos a explicar e peço desculpa se calhar nos moldes em que eventualmente o possa fazer, porque isto até nem teria necessidade, porque tentei explica-lo anteriormente. Ora aquilo que nós pedimos é que haja critério, rigor, clareza nas contratações, porque efetivamente e voltando ao mapa de pessoal não afixem só os números, afixem também a lista dos nomes, façam esse exercício, afixem também a lista de nomes de todo o quadro de pessoal desta câmara. E nós vamos encontrar certamente aqui alguns dos funcionários que eventualmente não são contratados pela sua capacidade técnica. E os senhores pedem que lhes esclareça sinto-me na obrigação de os esclarecer devidamente sobre a interpretação da afirmação, uma vez que vossas excelências estão a fazer uma interpretação errada. E, afixem para além de afixar o quadro com o número de funcionários com os tais setecentos e cinquenta e cinco funcionários e para além de afixarem o número do quadro, afixem também a relação nominal desses trabalhadores. E se calhar vamos encontrar aqui situações de algumas ligações diria até familiares que muitas vezes põe em causa estes critérios de contratação e esta clareza e competência, incompetência muitas vezes a interpretação não dá para aquilo que vocês querem, outras vezes fazem esse esforço, mas enfim obrigam-me a ter que explicar.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silves: «Senhor presidente da Mesa da Assembleia, senhores vereadores, caros colegas. Eu venho só aqui fazer uma pequena interpelação, digamos ao executivo no sentido daquilo que foi a experiência que aconteceu na passada terça-feira. Quero congratular-me em primeiro lugar pela grande afluência de público e pela grande manifestação popular que foi o carnaval nesta Vila de Lousada, que encheu de colorido toda a Vila e foi interessante ver a participação popular e associativa de muitas pessoas neste concelho. E o que quero chamar atenção é que como todos os projetos que fazem particularmente ou ao nível digamos quer das Juntas quer do executivo, acho que era aqui importante que o município repensasse bem como é que está concebido o Centro Urbano, porque aquela manifestação popular veio dar razão a muitas das preocupações que eu próprio já aqui tinha

manifestado anteriormente e que agora veio se confirmar. Quando se entrou no Centro Urbano da Vila com o cortejo carnavalesco, reparou-se de facto que ele é um obstáculo há aquilo que deve ser aquele local, há manifestação pública, há criação de eventos, a um conjunto de outros de outras circunstâncias, porque infelizmente o que se fez foi um serpenteado pela vila com uma quase ultrapassagem de barreiras, ou seja aquilo que se fez foi digamos encostar o cortejo todo ao lado esquerdo à Câmara tirando todo o significado que aquele espaço podia ter. É comum hoje já se disser que aquele espaço de facto tem uns belos estendais, que naquele dia serviram para muitos “Jaqueus” poderem ver passar o cortejo e acho que era importante repensar um pouco aquele espaço que poderia ser um espaço digno de iniciativas e de atividades. Aliás soube há dias que vai haver uma passagem de modelos que vai ser utilizada a escadaria da Câmara muito lateralizada relativamente à centralidade que o espaço da Praça das Pocinhas podia ter se tivesse sido acolhido um conjunto de propostas no sentido de se colocar aquele espaço como um espaço digno de eventos e de atividades. Vendo na televisão tantas vezes, vemos de facto praças abertas onde se pode lateralizar o espaço para as pessoas se sentar, serão situações muito mais positivas para criamos mais dignidade a este centro urbano da vila.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do partido Socialista: «Senhor deputado Filipe Barbosa, não somos nós que dizemos que a Câmara tem mil funcionários. O senhor presidente na Assembleia de dez de dezembro de dois mil e dez indicou-lhe o caminho a seguir para vocês terem a certeza. E qual foi o caminho que o senhor presidente indicou? Basta um pedido ao nosso departamento de remunerações e perguntarem a quantos funcionários a Câmara paga. Porque é que vocês não fazem isto? Sou eu que tenho que afixar ali aquilo? Eu até afixo não há problema nenhum. Agora, vocês não lhe interessam dizer que a Câmara absorveu trezentos e catorze funcionários do Ministério da Educação, não era obrigado a fazê-lo e vocês contam isso como funcionários. Isso é que está mal, ou não estará? Será que eu não tenho razão? Há não sabe, mas devia saber. Quando vêm para aqui fazer essas coisas. Agora, senhor Carlos Nunes, esses laços familiares de funcionários da Câmara, já vêm de longe, já vem de muito longe. Esta intervenção do senhor presidente de Junta de Silves. Eu gostei, julguei que ele vinha aqui só falar do carnaval, felizmente falou dos outros eventos. Senão ia dizer ao senhor presidente a ver se a gente fazia ali um sambódromo para o desfile de carnaval para

termos aqui uma vez por ano. Mas, acho que sim que o senhor tem razão houve ali um problema de trânsito e as pessoas querem ver e viam mal, mas aquilo é fácil, aquilo está muito bonito assim para esses eventos não estão, reconheço que sim era tirar lá aquelas coisitas que lá estão e está o assunto resolvido.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor deputado doutor Carlos, seu arrazoado discurso começou por referir a questão da doutora Branca de Sousa, vou ler uma passagem da ata, página sessenta e quatro, terceira linha a contar do fundo, “vossas excelências têm a percepção de que no próximo ano vão ter de reduzir o numero de efetivos no município”, não lhe consigo dizer a linha, mas mais acima “Justificam vossas excelências este aumento com um recrutamento quase zero na medida em que o propósito destas alterações no quadro de pessoal é regularizar situações decorrentes da própria gestão, que se traduzem na transição da contratação por tempo determinado para a contratação por tempo indeterminado e pela necessidade de manter os postos de trabalho”, mais abaixo transição da página sessenta e quatro para a pagina sessenta e cinco “Então para que estão a converter contratos a prazo para contratos a tempo indeterminado?”. Senhor deputado sabe o que significa estas palavras da deputada dessa Coligação, significa que se não houver conversões de contratos os trabalhadores vão embora. Se os contratos não se convertem em indeterminados os trabalhadores vão embora, se não foi isto que a sua deputada quis dizer e se estas palavras que estão aqui expressas na ata não querem dizer isso então digo-lhe uma coisa nada do que aqui está é verdadeiro, porque acho que estas palavras são por demais clarividentes daquilo que ela quis dizer e portanto há aqui alguma falta de entendimento e se calhar e com todo o respeito que eu tenho pelo senhor Capitão de Barros tem-se de falar aqui numa coisa, sabe qual é? Não sabe. Acho, que toda a gente sabe, hoje. Mas digo-lhe mais, falei de mais de dois pontos e folgo em saber que o senhor deputado nada disse, custa-me equipara-lo ao meu computador, mas parece que perdeu as baterias. Não falou do trânsito da vila, nem falou das atas. Das atas de dois mil e dez, falou o senhor Santos e dos mil trabalhadores isso já vi que vais ser água que ainda vai continuar a correr neste rio e também já reparei que malgrado ter ironizado o exercício que lhe disse de relaxar por cinco minutos frente à Caixa Geral de Depósitos. Já reparei também que nunca fez esse exercício, mas agradeço-lhe imenso a consideração por ter referido o exemplo que lhe dei e é sempre bom saber que não sabe ou que não

conhece o civismo do povo português e o facto de nos termos congratulado de existir mais fiscalização na Câmara e do trânsito estar afluír, significar isso mesmo. Senhor, deputado, tenho outra coisa para lhe dizer e digo-lhe com tristeza, vou-lhe dizer porquê? Desse lado como deste, mas desse lado há pessoas que eu considero digamos assim que têm um mérito reconhecido pelas suas competências, seja a nível pessoal, profissional. Pessoas que desempenham cargos, funções que tem profissões de relevante nomeada profissões liberais, etc. Senhor deputado quer ter acesso aos nomes dos trabalhadores, dos funcionários da Câmara Municipal. Eu vou dizer isto baixinho porque não vão dizer os meus colegas de bancada “É pá João não lhes dê mais trunfos para a manga”. Senhor deputado quer vir para frente pública denegrir a imagem dos trabalhadores da Câmara, se o senhor deputado quer vir colocar em causa as leis da nação relativas á contratação dos funcionários públicos, se quiser fazer isso, eu vou- lhe dar a dica, sabe? Já que ninguém desse lado consegue ir pesquisar e saber como tem acesso a estes documentos, nós damos-lhes a dica. Senhor doutor existe uma comissão chamada CADA, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, já existe há largos anos, senhor doutor. O senhor doutor não só enquanto cidadão, mas sobretudo enquanto deputado Municipal e no exercício dessas funções têm acesso a esses documentos administrativos e se não lhe for facultado pode recorrer a esta comissão que é obrigada, que obriga os órgãos municipais ou quaisquer outros órgãos administrativos, identidade administrativas portuguesas a fornece-los, das duas uma ou o senhor ou muitos senhores desse lado padecem de um mal que infelizmente começa a ser generalizado, mas que se calhar começa a faltar a muita gente que é a ignorância ou então não fazem o trabalho de casa e portanto não venha para aqui dizer que o PS não quer dar documentos ao PSD. O PSD, o senhor doutor Carlos tem pernas para andar e portanto utilize os recursos que lhe são disponibilizados para si, para aceder a esses documentos. Não venha para aqui lamentar – se e tirar as culpas para o PS, não é nada disso. Agora se quiser vir lavar roupa suja para a praça pública se quiser por em causa os leis de transparências da república que são votadas no parlamento, que são aprovadas pelo governo. Então vai vir aqui, mas vai justificar muito bem o porquê de o fazer? E digo-lhe mais, se vier para aqui com acusações infundadas pode estar certo que essas acusações infundadas vão parar também a outros lados. Há-de haver responsabilidade naquilo que se diz, se é que vai dizer.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Agradecia,

que cada uma das bancadas falasse no seu tempo só e não tentasse este tipo de diálogo que não leva a nada e não dignifica em nada esta Assembleia.»--

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: Ainda bem que o senhor doutor Carlos Nunes já teve uma evolução na sua segunda intervenção já não afirmou que eu tinha dito aquilo que os senhores dizem que eu disse que não disse, essa primeira. Se é uma questão de interpretação, vou ler claramente a minha interpretação que não foi só a minha, foi a interpretação de todos os funcionários da Câmara tiveram essas armas foi e duvido que todas pessoas que estão ali no público não tenham a mesma interpretação, portanto vou reler o que é que vocês disseram e que está em ata, (...) Isto é sinónimo de que o Município não tem contratado técnicos e assessores pela sua capacidade técnica (...), isto foi o que vocês disseram e que está escrito em ata. A minha, interpretação vou lê-la esta afirmação para além de constituir mais uma vez o total desconhecimento por parte da Coligação PSD/CDS da realidade deste Município é também e em primeiro lugar uma grave ofensa à dignidade profissional dos técnicos e funcionários desta Autarquia. Isto, eu disse e repito e aliás aquilo que disse a seguir o senhor Barbosa vem exatamente no mesmo sentido desta minha interpretação. E não faltava mais nada que uma pessoa, um munícipe só por ser da família de alguém que está na Câmara que não pudesse concorrer a lugares da Câmara. Não o senhor disse para mostrar a lista porque iríamos encontrar familiares, não foi o senhor, foi o senhor Carlos Nunes, peço desculpa. Foi o senhor Carlos Nunes que disse isso iríamos encontrar, peço desculpa ao senhor, mas pertence à mesma Coligação e está tudo dito. Era o que mais faltava que com setecentos e tal funcionários que existem na Câmara que alguns deles não fosse familiares de pessoas que estão na Câmara e era o que mais faltava que eles fossem preteridos em relação a outros só por serem familiares de pessoas que estão na Câmara» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Carlos Nunes diga de uma vez por todas quem são os funcionários que na Câmara Municipal não são contratados pela sua capacidade técnica, andamos sempre aqui nisto, o diz que disse. Para a próxima Assembleia espero que traga aqui os nomes, de certeza que irão ser facultados das pessoas, das suas relações familiares de tudo o que você quiser, mas pelo menos abra o jogo e diga de uma vez quem são essas pessoas, aponte o dedo tenha coragem para isso. Relativamente, a outro

assunto, pensei que você vinha aqui dizer, se calhar até pedir desculpa ao senhor vice-presidente da Câmara pelas palavras que proferiu na anterior Assembleia dizendo o original é sempre melhor ou prefiro o original ou algo do género, mas não veio atacar a nós só por quase como virgens ofendidas. Apenas dissemos aqui e comprovamos coisas que vocês estavam a mentir. Eu não consigo dizer outra palavra a não ser mentir, dizer inverdade. Eu não sou assim. Outro assunto ainda estacionar nos locais onde é proibido pela lei é o quê? Ético? Eu não conheço outra situação, como se repõe a ordem? É a GNR que tem que atuar, todos nós com certeza já tivemos situações em GNR teve que atuar contra nós. Não é contra nós é a favor do bem público, se os carros estão mal estacionados a GNR têm que intervir, portanto é o quê? Falta de civismo, logicamente não quer isto dizer que todas as pessoas em Lousada têm falta de civismo, não. Pelo contrário naquela situação específica existe uma falta de civismo rodoviário. Ia também pedir sobre uma pequena frase que aqui foi dita e que a mim não escapou. Que o senhor vice-presidente em substituição, neste caso, esclarecesse os membros da bancada do PSD/CDS que está aqui, porque se candidatou efetivamente ao cargo, porque parece que apareceu aqui de para-quedas, não... ele candidatou-se, ele está aqui, porque se candidatou e ganhou duas vezes de forma retumbante, portanto não vale a pena dizer que vai-se candidatar, não, não... já se recandidatou por isso é que ele está ali.» -----

----- Intervenção do Sr. Mário Fonseca do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu, confesso que já tinha um bocado de saudades daqui da Assembleia e também não podia deixar de falar. Não vou falar muita coisa, só dizer duas coisas. Uma delas é quando se discute o número de funcionários das autarquias, lembro-me sempre que ainda há poucos anos estive num dos chamados países desenvolvidos em Estocolmo e que a Câmara tinha trinta mil funcionários na proporção para Lousada, Lousada têm muito menos. E daquilo que sei do número de Lousada, na verdade tirando aos números que aparecem os funcionários que pertencem ao Ministério de Educação esse rácio não é tão grande assim como eventualmente parece. Gostava que o senhor vereador desse depois a explicação disso. A outra coisa em relação ali ao senhor Fausto que há pouco falou nas escadas para fazer o desfile de moda e, é curioso que um dos desfiles de moda mais famosa de todo mundo é feito em Roma na escadaria que é muito mais pequeno o espaço do que este aqui. Não sei se já reparou que aqui não é tão mau quanto isso. A escadaria é maior, mas o

espaço à frente não deve ser.» -----

----- Resposta do Sr. Vice – presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do senhor Campo de Barros, compreendo que de algum modo eu não esteja agradar – lhe pelo facto de não assumir o repto que me lançou. De qualquer modo não tenho a memória que gostava de ter, mas ainda vou tendo alguma memória, lembro-me perfeitamente dos compromissos que assumo, lembro-me também do compromisso que assumi com o senhor Capitão, não fujo a essas responsabilidades, nem a essas respostas e terei todo o gosto de o receber na Câmara, caso queira falar comigo, pessoalmente e com os próprios técnicos que estejam com este dossiê para lhe dar explicações devidas. E, também faço questão de dar-lhe uma resposta, os serviços lhe dê uma resposta por escrito, face ao encaminhamento e ao resultado que teve as sua sugestões e as suas propostas. Agora quanto se eu tenho pretensões, se não tenho nunca disse a ninguém que as tinha e portanto não percebi a sua referência, mas enfim, como diz o Nelson estou aqui porque assumi um compromisso já pela segunda vez e estou aqui porque alguém votou na lista do Partido Socialista. Relativamente à intervenção do doutor Carlos Nunes, não vale a pena estar com meias palavras todos nós sabemos e aqui já foi dito que um dos problemas do trânsito era de facto a falta de civismo dos condutores, não quer dizer que seja dos Lousadenses. Há muita gente fora que estaciona em Lousada, como sabe. Há muita gente de fora que trabalha aqui, que vem aos centros comerciais não interessa quem seja. Agora todos nós sabíamos que havia alguns pontos críticos de que causavam o caos no trânsito. Já foi referido aqui ali a frente da Caixa Geral de Depósitos, um outro ponto muito crítico era ali junto ao Monte do Senhor dos Aflitos em que dois pesados por exemplo já não se cruzavam era o caos. Quem contornava a Praça das Pocinhas a mesma coisa, os pesados não conseguiam ali virar à direita com aquele estacionamento abusivo e portanto havia uma necessidade de facto de reforçar a fiscalização e foi isso que quis dizer, é evidente que o arranjo urbanístico que fez não melhorou nunca disse isso melhorou as condições de circulação, porque pelo menos num ponto piorou temos consciência disso, porque havia uma artéria que estava aberta ao trânsito e deixou de estar evidente que isso não pode melhorar as condições de circulação. E o caso em que de facto nota que não houve uma melhoria foi naquele troço da Praça da República ali junto ao sede do Sporting aquele ponto mais crítico. Agora, nós na altura estudamos outras hipóteses nomeadamente introduzir ali uma rotunda não havia espaço por outro lado

há lá árvores centenárias que não estão classificadas, mas podiam estar classificadas, por quem muitos lousadenses tem uma paixão muito grande, contam histórias muito interessantes, porque são árvores com vida, com história. E portanto, nunca nos passou sequer pela cabeça de entrar no monte para arranjar espaço para a rotunda, foi uma hipótese que posemos de lado. Mas à cautela deixamos lá os negativos para meter lá os semáforos e portanto no futuro se assim formos obrigados pelas circunstâncias de chegarmos à conclusão de que o trânsito ali merece uma abordagem diferente colocamos um semáforo e damos mais tempo a quem faz aquele circuito para que o trânsito uma vez que depois eles perdem a prioridade ao chegar à estrada nacional. Mas, também lhe posso dizer que há outros cruzamentos em que houve melhorias e um deles foi aqui junto à Praça do Município agora com este cruzamento funciona muito melhor acho que toda a gente deve ter reparado nisso. Relativamente ao parque de estacionamento subterrâneo, lembro perfeitamente aquilo que disse não preciso que me leiam aquilo que eu disse, apesar do senhor Capitão de Barros achar que não, mas vou tendo alguma memória. E, portanto que eu lhe disse é que por vezes o problema maior não é o investimento inicial, não é que aqui não seja também um problema, porque é um investimento inicial avultado não estava a desvalorizar o investimento inicial. Agora para além do investimento inicial é preciso pensar no que vêm depois e acho estranho por exemplo que vocês tenham essa abordagem por exemplo com o Complexo Desportivo e que estão sempre preocupados com o futuro, com a manutenção e desvalorizam isso nesta ideia peregrina que tiveram e eu acho que é descabido e é descabido, porquê? Porque de facto causa as ditas dificuldades de gestão e as ditas faculdades de gestão têm haver sobretudo com o problema de segurança, porque nós conhecemos aí alguns parques e vêm perto de nós em que são focos de criminalidade. E das duas umas ou têm segurança permanente ou não funcionam. Não funcionam, porque as pessoas têm medo de lá deixar os carros, por outro lado necessariamente teria que ser pago e não seria a preços simbólicos conforme é o do estacionamento exterior teria que ser um estacionamento pago com valores mais elevados e portanto estaria na nossa ótica condenado ao fracasso esse projeto e portanto não queria citar aqui nomes, mas vão ver o que se passa aí nos concelhos vizinhos e vejam qual é a afluência que esses parques têm. Por outro lado conforme também disse e tenho dito repetidamente nós temos tido o estacionamento como uma preocupação constante. Em todas as intervenções que fazemos quer sejam públicas quer sejam privadas e portanto temos criado estacionamento de

uma forma abundante na vila, inclusivamente como já devem terem reparado neste novo arruamento que vai ligar Palmira Meireles à Avenida das Piscinas vai ter estacionamento perpendicular em ambos os lados das vias, criamos sempre mais estacionamento. Agora é evidente que é preciso enfim criar hábitos de andar um bocadinho a pé não custa nada, nomeadamente quando não chove como infelizmente acontece agora de dar andar dois a três minutos a pé, não custa nada. E queria também aqui aproveitar para deixar o meu testemunho de satisfação pelo facto de concluir esta medida de estacionamento pago nas quatro artérias onde os introduzimos estar a funciona. Todos vocês devem ter apercebido que agora há estacionamento no centro da vila, não falta estacionamento no centro da vila e portanto esse estacionamento é para quem na nossa ótica deve utilizar nas horas de expediente que são os clientes das casas comerciais, os utentes dos serviços públicos e não só, dos serviços privados e portanto julgo que nessa matéria de estacionamento não temos nada apreender com quer que seja. Relativamente à questão dos funcionários, não queria ser maçador estar aqui a repetir o que aquilo já foi dito. Agora, há uma conclusão que se pode retirar é que vocês de vez em quando se arrependem daquilo que diz, mas isso como se costuma dizer “temos pena”, pensem melhor naquilo que dizem e nos diversos significados que se pôde retirar das expressões e o certo é que de facto vocês disseram que os funcionários não eram recrutados pela sua qualidade técnica. Aliás queria dizer mais... Vocês até dizem muito mais fora daqui, basta seguir com atenção aquilo que vocês dizem nas conferências de imprensa para concluirmos que vocês não pensam às vezes naquilo que dizem. E só a título de exemplo eu vou-vos ler aquilo que foi dito numa conferência de imprensa que depois vocês não disseram nem na Reunião de Câmara nem na Assembleia Municipal disseram de uma forma insinuada disseram o seguinte: esperando que o Município não seja o campo de recrutamento ou centro de estágio do Partido Socialista. Isto é muito grave, isto é muito grave, neste mínimo meus caros amigos nós não temos nada apreender com ninguém. E eu desafio-os a fazer uma busca por esse país, uma pesquisa e vejam quantos Municípios deste país recrutaram ex-líderes da juventude partidárias da oposição, Lousada fê-lo, não seja, não lhe queria chamar mentiroso mas se tiver que ser também chamo. Esse funcionário continua a ser funcionário da Câmara, porque pediu licença agora não lhe posso precisar o termo ou pediu licença sem vencimento ou transferência ou uma coisa provisória para o centro de emprego. Mas ele continua a ser funcionário da Câmara e portanto desafio-o a ver quantos casos desses

existe por esse país fora, portanto não temos nada, nada apreender desta matéria. Quanto ao rácio de número de funcionários é uma outra falacia completa, quanto aos números exatos vocês estão fartos de saber qual é o número exato até porque já como alguém admitiu aqui todos os anos é apresentado esse mapa, portanto só não quer saber quem não quer saber, porque de facto já têm os documentos necessários para tirar essas conclusões. No entanto, para se fazer uma análise séria nesta matéria é preciso ter em conta o seguinte: É preciso ter em conta quais são os serviços que cabem às Câmaras Municipais, que estão na gestão direta das Câmaras Municipais e quais são aqueles que estão concessionados ou que são objeto de atividade por parte de empresas municipais, etc. Em Lousada como sabem só temos uma Empresa Municipal e não temos nenhuma concessão e, portanto para se fazer uma análise séria nesta matéria isso é preciso que se tenha isso em conta. E por exemplo na área do ambiente (e já lá diante também vou falar novamente disso) como sabe nós continuamos a ter e bem na minha ótica a gestão da água e do saneamento e com esses funcionários que engrossam a dita lista e o dito rácio a Câmara têm no ativo que foi avaliado a uns anos atrás três a quatro anos não estou certo agora, pelas Águas do Ave e o senhor presidente já o disse aqui mais do que uma vez em cerca de vinte e cinco milhões de euros. E a proposta que nos fizeram para nós entregarmos a baixa à empresa que as Águas de Portugal pretende criar para gerir a baixa foi avaliada nesse valor ou pouco mais de vinte e cinco milhões em que a Câmara Municipal de Lousada caso quisesse entregar a baixa de água e saneamento recebia à cabeça doze virgula cinco milhões. Esses doze virgula cinco milhões de euros davam para a Câmara ficar sem dívida, isto são factos. E portanto o que é que nós vemos por aí à volta, vemos empresas municipais para área de Água e Ambiente, vemos empresas municipais para a área da educação, vemos empresas municipais para área do desporto, vemos empresa municipais para aérea de lazer, etc. sejamos sérios se quisermos ter uma análise seria também nesta matéria. Por outro lado não podemos também deixar de referir aqui uma situação de que é extrema importância é que nós de facto temos um rácio elevado, mas temos obra e há anos em que a obra feita por administração direta em termos de volume de investimento é cerca de um terço de todo o investimento da Câmara, ou seja, por um lado estamos a criar e manter emprego aqui no concelho por outro lado estamos preparados para as dificuldades do futuro, porque o que se diz é que este quadro comunitário será o último, espero sinceramente que não seja, porque já se dizia isso do anterior e houve mais

um quadro comunitário, mas há-de chegar a altura em que Portugal não terá acesso a mais fundos comunitários. E aí como todos o reconhecemos as Câmaras vão ter grandes dificuldades de fazer obra, portanto no caso de Lousada estaremos preparados para não parar, porquê? Porque temos a máquina montada, porque o custo de pessoal que é aquilo que mais têm expressão nas obras a Câmara já o têm e portanto para nós é uma forma também de encarar o futuro com maior esperança. Relativamente ainda ao pessoal é outra falácia já o disse aqui, mas tenho que repetir não há Câmara Municipal nenhuma neste município que tenha uma gestão criteriosa e responsável que não recorra a consultadoria e assessoria externa. Há matérias de uma especificidade tal que assim obriga, por exemplo na área jurídica que referiu. Eu já estou como sabem há alguns anos na Câmara e pelo que saiba a Câmara nunca perdeu nenhum processo em tribunal na área por do exemplo do urbanismo. Sendo certo que já houve decisões em primeira instância que não davam razão à Câmara. O certo é que nalgumas situações do género de grande complexidade e grande especificidade e quando nós vemos que temos razão temos que nos socorrer de pareceres de pessoas avalizadas para dar suporte às nossas posições, porque quer queiramos ou não tem uma força diferente juntar um parecer de um técnico de uma Câmara ou de um advogado por muito renome que ele tenha ou juntar por exemplo conforme eu já recorri e hei-de recorrer se necessário for novamente de um parecer, por exemplo de um professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra que no caso em concreto veio dar razão à posição da Câmara e o certo é que em recurso a Câmara ganhou a questão. E, portanto são matérias de tal especificidade que às vezes é necessário mesmo recorrer isso. Nas aéreas técnicas, por exemplo não há Câmara Municipal nenhuma que tenha um quadro técnico que dê resposta a tudo que é necessário, porque há sempre coisas novas a surgir. E não faz sentido ter na Câmara Municipal técnicos com essa especialidade prontos a dar resposta a coisas que só se verificam de quando em vez. Por exemplo, estou a recordar de coisas recentes, certificado energético. Os projetos térmicos, por exemplo tiveram alterações profundas nos últimos tempos e agora é necessário que todos os projetos térmicos sejam subscritos por alguém que esteja devidamente qualificado, tem que ter uma formação específica para o efeito, apresentar umas declarações de conformidade regulamentar e no fim da obra concluída emitir um certificado energético. Nós, na Câmara pelo menos naquela altura quanto tivemos que recorrer a esses serviços não tínhamos ninguém que fizesse isso e tivemos que recorrer a serviços externos. E não somos diferentes dos outros, todas as

Câmaras fazem isso e nesta matéria não se pode concluir que o quadro de pessoal não é suficiente, não. O quadro de pessoal não consegue aqui nem em lado nenhum dar resposta a todas as necessidades que existem. Por último e para terminar. Relativamente à intervenção do senhor presidente de Junta de Silveiras, conforme já tinha dito congratulo-me pelo facto de ter existido uma grande afluência de público no carnaval, relativamente à crítica que fez do arranjo da praça e do dito estendal que presumo que seja as pergolas ali na praça. É evidente que a pergola por si só não é um elemento decorativo que se goste, mas a pergola depois de ter as trepadeiras devidamente crescidas vai ter outro aspeto e já o disse também aqui uma vez que a função das pergolas é de criar alguma frescura no verão. Sendo certo também que aquilo foi concebido de modo a que quando for necessário possa ser facilmente removido. É o que vai acontecer certamente por exemplo nas festas da vila, uma empilhadora carrega aquilo ali e retira aquilo dali. Eventualmente, noutros eventos também se assim justificar poderemos fazer isso, não vejo qual será o problema todo os males fosse como esse. O que lhe posso garantir sempre que seja necessário elas podem serem ou arrumadas ou então mesmo removidas não há qualquer problema nessa matéria. Relativamente ao desfile de moda que referiu não foi a Câmara que sugeriu que ele fosse feito nas escadas, portanto a pessoa em causa que vai promover esse desfile é que achou que escadaria do espaço de concelho seria o sítio mais indicado para o fazer e nessa matéria não temos nada que demover as pessoas dessas ideias nem de dar-lhes sugestões, portanto as pessoas são livres de pensar onde quer fazer os seus eventos.» -----

----- SEGUNDO PONTO - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Dois aspetos apenas nas informações remetidas pelo senhor presidente da Câmara. E começando pela área do ambiente, apenas referir e congratular naturalmente o desenvolvimento dos trabalhos relativos à expansão da rede de saneamento, não obstante reiterar aquilo que temos vindo a dizer que esta Câmara já está a gerir os destinos do concelho há vinte e dois anos e continuamos ainda com obras da expansão da rede de saneamento. E com isto dizer também que efetivamente o número de ligações à rede de saneamento ainda continua a ser reduzido para o concelho como Lousada. Nós temos cerca de

sete mil e oitocentas ligações que isto representa na ordem de quarenta a quarenta e três por cento do potencial de ligação. Tenho de facto conversado com alguns munícipes que me acusam esta necessidade premente de pretender ligar a sua rede de esgotos à rede de saneamento pública e que efetivamente ainda não o pode fazer, porque em algumas situações já temos uma rede instalada, mas ainda não é possível ligar porque ainda não temos condições para que isso aconteça. E de facto é algo que ainda nos deve preocupar estarmos em pleno ano de dois mil e doze a falar ainda de uma taxa de ligação na ordem dos quarenta por cento, quarenta a quarenta e três por cento, portanto cerca de sete mil e oitocentas ligações. Relativamente às ligações de água aí o concelho encontra-se melhor servido o que também importa também aqui referir que eventualmente pudessemos ter feito o trabalho de uma forma invertida, ou seja, primeiro termos investido mais na rede de saneamento e depois na rede de água, enfim não contará muito agora para o caso só que efetivamente na rede de águas já temos uma taxa de ligação na ordem dos doze mil contadores, enfim ativos, por contadores existirão mais dois ou três mil contadores, mas ativos estarão uns doze mil contadores, portanto rede de água melhor, claramente melhor do que a rede de saneamento.

Encontrando-o esta apenas com sete mil e oitocentas ligações, como disse.

Nas informações também remetidas pelo senhor presidente de Câmara também é anexado o desempenho que o extrato, o balancete da Lousada Século XXI. Aqui queria de facto chamar a vossa atenção para algo que tomamos conhecimento que têm que ver com o relatório de gestão do primeiro semestre de dois mil e onze. Este relatório de gestão uma vez mais não é nada abonatório para a Lousada Século XXI. Acaba por confirmar uma certa trajetória da Lousada Século XXI do ponto de vista da apresentação de sucessivos prejuízos sendo já até considerado pelo ROC como uma empresa insolvente. Uma vez que ter perdas já superiores a cinquenta por cento do seu capital social. Temos este cenário relativo à Lousada Século XXI e continuamos a ter um plano de atividades que não deixa de ser mais do mesmo. Ora isto não está bem, isto não está bem e não está bem porquê? Porque não há aqui um esforço para reverter esta situação e quando se é interrogado, quando se indaga sobre o que se pensa fazer para reverter esta situação, escudam-se apenas com o argumento da desvalorização do imóvel e com a necessidade de transferir, de passar o

imóvel para a propriedade da Câmara Municipal. Isto foi o que foi dito em reunião do Conselho Geral ao senhor vereador Agostinho Gaspar aquando de um desafio que colocou à presidente do Conselho de Administração para que o Conselho de Administração da Lousada Século XXI apresentasse ao Município, no fundo à tutela um mapa de necessidades, objetivo com vista a superar e a reverter a situação do défice sucessivo da empresa da Lousada Século XXI. Uma outra questão, que está aqui arrolada também tem que ver com os custos de energia imputados à gestão daquele equipamento das piscinas, um deles também ao nível do gás. Pese embora tenha analisado que neste primeiro semestre de dois mil e onze até houve aqui um ligeiro decréscimo de custo ao nível de despesa com o gás, mas aquilo que se tem referido reiteradamente é que com a colocação de painéis solares minimizava esta despesa com o gás. Estamos todos de acordo, perfeitamente de acordo. Convencido, que de facto os painéis solares minimizam as despesas com o gás, mas então desde mil novecentos e noventa e oito que andamos a dizer isto e ainda não estão instalados, porquê? Portanto há a necessidade objetiva de se fazer mais por esta empresa Lousada Século XXI ao nível da sua gestão. E portanto este sublinhado gostaria de o fazer aquilo que nós pretendemos não é que a empresa Lousada Século XXI dê lucro, não é esse o nosso objetivo, mas também não é o nosso objetivo que a empresa Lousada Século XXI some sucessivos prejuízos e que nada se faça ou aquilo que se faz é mais do mesmo consubstanciado no resultado de desempenho da Lousada Século XXI. E, portanto se temos uma administração para gerir o dia-a-dia da Lousada Século XXI, para isso não precisamos de ter um Conselho de Administração, colocamos um técnico lá e faz a gestão do dia-a-dia da Lousada Século XXI ou fazemos algo que inverta, que reverta esta situação de prejuízo sucessivo, bem serei mais complacente minimize este prejuízo, porque efetivamente o Conselho não se encontra em condições para estar todos os anos a somar dívida sobre dívida, passivo sobre passivo com este destaque, com este ênfase dado no próprio relatório, no próprio parecer do técnico do ROC, do Revisor Oficial de Contas. E se o atual Conselho de Administração continua apresentar mais do mesmo, bem aqui o desafio é claro, se não é capaz de reverter a situação que se renove o Conselho de Administração da Lousada Século XXI. Que se defina objetivos claros e que se desafie novos profissionais com objetivos claramente imputados, claramente definidos para reverter esta situação. A Lousada Século XXI, não pode continuar a somar sucessivos prejuízos sem que a sua tutela também tenha aqui uma palavra a dizer e que faça algo para reverter esta

situação, porque gerir o dia-a-dia, gestão de recursos humanos, gestão direi aqui uma palavra e vocês vão-me entender como ofensiva de jobs. Para fazer essa gestão basta um técnico não precisamos de ter um Conselho de Administração, agora aquilo que é necessário é que efetivamente a Lousada Século XXI assuma preponderância da sua missão que é muito mais do que gerir o dia-a-dia de umas piscinas.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Relativamente, às informações remetidas pelo senhor presidente, há um assunto que se reveste de particular interesse e que não deixaria de falar. Lousada irá receber a Liga Mundial de hóquei em campo, sou uma parte interessada no assunto, mas mesmo eu fiquei até algo pasmado como é que isso foi possível. Sei que o complexo desportivo tem as infraestruturas necessárias para receber uma competição desse nível, sem dúvida alguma, mas um país como Portugal receber uma eliminatória da liga mundial é algo que nos deve agradar a todos e neste caso sei que a Câmara se empenhou bastante para que isso fosse uma realidade, ao contrário da própria Federação Portuguesa de hóquei que incrivelmente que pareça queria levar esta prova para Lisboa, mas isso já são outros assuntos e que nós aqui conseguimos também rebater. Eu penso que esta também é mais uma vitória de Lousada para contrariar este poder centralista que invade o país constantemente, esta é mais uma vitória quase como uma prova megalómana para o nosso Complexo Desportivo. Neste caso também nos queremos congratular ainda com a passagem à Final Four da taça de Portugal da equipa basquetebol feminino do LAC.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Relativamente, à empresa municipal da Lousada Século XXI, gostaria de tecer dois comentários. Primeiro lugar, penso que senhor deputado utilizou a palavra insolvência ainda não vi nenhuma empresa municipal a ficar insolvente pode-se encontrar numa situação falência técnica nos termos da lei. Insolvente é quando as empresas e as sociedades comerciais quando não têm capacidade de cumprir as suas obrigações vencidas o que salvo erro e eu não tive acesso ao relatório do ROC, portanto há aqui alguma espécie de informação privilegiada, porque eu pleno menos desconheço e não sei se os restantes colegas têm acesso a essa informação eu pelo menos ainda não tive oficialmente e portanto penso o que haverá aqui que até eventualmente poderá ser objeto de correção é uma situação de eventual falência técnica. Caso essa situação esteja a verificar

se desde já gostaria de dizer uma coisa e é o meu segundo comentário, infelizmente não é uma situação que não seja regular neste país até pela própria forma como a Lei, relativa as empresas pública nasceu, mas isso são questões para serem discutidas em sede própria. A verdade é esta, e o compromisso político que aqui tem de ficar assente quando discutimos Lousada Século XXI é este, eu sou incapaz e creio que a Bancada do Partido Socialista também o será, de continuar a votar aqui votos de louvor, como por exemplo, às equipas de Polo Aquático e às jogadoras de Lousada com seleção nacional de polo aquático e dizer-lhes que lhes vão ser retiradas as piscinas ou equipamento piscinas, e portanto, clarifiquem muito bem a vossa posição relativamente à Lousada Século XXI, partindo desde logo deste pressuposto, primeiro lugar: O que é que vocês pretendem para a Lousada Século XXI? Segundo, se existe essa situação de insolvência, a que eu chamo de falência técnica, o que é que prepõem para o resolver? E terceiro, senhor deputado mais uma vez lançar-lhe o apelo do meu colega Nelson Oliveira lançou. Explícite-nos o seu anglicismo jobs, por favor, deixe-se de suspensões nesta Assembleia.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Pois bem, foram lançadas aqui algumas questões que terei naturalmente todo o gosto em responder. Pese embora mais uma vez, nem sei como classificar esta última intervenção do senhor reputado deputado da Bancada do Partido Socialista João Correia, porque agora já somos nós que queremos acabar com as piscinas, enfim. Confesso não sei como classifica-lo. Efetivamente, aqui a questão é: Nós tivemos acesso ao documento pela via que o senhor deputado também pode ter, aliás, se não teve aquela sugestão que há pouco a deu também a pode seguir, e portanto, pode aplica-la em causa própria e portanto encontrará todos os documentos, se os procurar encontrará. Relativamente, ao que proponho para fazer e para reverter a situação, nós não temos a responsabilidade direta da gestão da Lousada Século XXI, o senhor deputado também não ouviu a minha intervenção certamente, ouviu? Se ouviu eu disse mais ou menos isto, mais ou menos isto, porque enfim não segui nenhum guião escrito, que se desafiem novos profissionais que se lhe imputam objetivos claramente definidos para reverter a situação da atual Lousada Século XXI, da atual gestão da Lousada Século XXI, enfim, é apenas uma sugestão, é uma sugestão, pode haver outras e certamente não vale a pena fazer aqui esse jogo, que eu, enfim... Aqui atrevo-me a classificar de demagógico, relativamente à questão dos votos de louvor e

dos medalhados da Lousada Século XXI, não vale a pena, não vale a pena porque não colhe, certamente não colherá quer na sua restante bancada, quer na nossa bancada, quer na opinião pública, que nós agora estaremos contra aos votos de louvor, estaremos contra aos profissionais que lutam por um bom desempenho através da Lousada Século XXI, através das piscinas, enfim, doutras atividades que possam promover. A Lousada Século XXI é mais do que piscinas, tem uma missão muito clara é muito mais do que piscinas, e portanto, que fiquemos todos com esta nota de que, gerir umas piscinas tem que ser, enfim no mínimo com melhor preceito daquele que tem vindo a ser, pese embora reconheça o esforço que tem vindo a ser desenvolvido e promovido para a captação de novos praticantes e esta também penso que é mais ou menos consensual, se perguntarmos a qualquer pessoa lá fora toda a gente e se lhes dissermos que a Lousada Século XXI apresenta resultados negativos as pessoas não acreditam, porque quando vão a Lousada Século XXI, de facto encontram cheias, as piscinas estão cheias, o equipamento está cheio, não é essa a questão. E portanto aqui a questão é que sucessivamente apresenta passivos, coloca a situação da empresa Lousada Século XXI numa situação difícil, e portanto, se não temos pessoas capazes para reverter esta situação, pois bem, que se nomeiem novas e que se lhe defina objetivos muito claros e que se lhe faça a avaliação de desempenho para depois corresponder ou não às expectativas que lhes forem lançadas. Eu não tenho qualquer, enfim, qualquer questão relativamente à questão dos jobs é muito simples jobs é trabalho, é emprego, ponto final.»-----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Isso sim, senhor deputado, isto aqui é demagogia de facto, a que nós nos abtemos de classificar porque ainda bem que o senhor deputado se abstém de classificar as minhas intervenções porque eu também não lho concedia como é óbvio, concebo que o faça mas não o concedo, portanto, ainda bem que ficamos assim. Pois senhor deputado, digo-lhe uma coisa, o senhor deputado para um problema tão grande, propõe uma medida. É incrível, para quem tem tantas soluções (e eu vou ficar por aqui) para os destinos do Concelho apresentar uma medida para a única empresa Municipal do Concelho é obra, mas eu digo-lhe mais... Quer saber quantas empresas municipais do país que gerem piscinas e têm resultados negativos superiores e nem lhe digo quanto à Lousada Século XXI? Quer que lhe diga enquanto dessas empresas estão em conselhos governadas por membros do seu partido? Sabe qual é que é o problema? Eu

apresento-lhe os números, não tenho problemas eu comprometo-me em apresentar-lhe os números, eu comprometi-lhe até apresentar há pouco uma gravação radiofónica que nem sequer foi preciso apresentar, sabe porquê? Porque eu não fiz o trabalho de casa de ler a ata mas o senhor doutor pelos vistos leu a ata e nem sequer sabe o que lá estava escrito, e portanto, eu não fiz o trabalho de casa de saber quantas são, mas sei que há concelhos em particular que as têm, e digo-lhe um já Sintra, Paredes, quer mais? Eu vou lhos dar, garanto-lhe que lhos vou dar, garanto-lhe... E portanto, não tentemos tapar o sol com a peneira, porque não vale a pena, a verdade é que existe aqui uma situação concreta, que é, existe um serviço público no concelho, que pelo próprio facto de ser um serviço público tem dificuldades em gerar receitas, e não é a solução, e agora vou fazer um pleonasma, de se mudar o governo, percebe, que as agência de rating nos aumentam a classificação, e agora aplicamos a Lousada, sabe a salvação da Lousada Século XXI, não é tão-somente, ou não passa sequer por aí, não sei, não sou eu que tenho que decidir, pela alteração da administração porque o senhor doutor pode estar a ser muito, mas mesmo muito injusto, sabe porquê? Eu vou dizer-lhe porquê? Porque se calhar temos estes resultados mas eles podiam ser muito piores, à pois podiam! Sabe qual é que é o problema da vossa bancada? É que é liberal não sabe o que é serviços público, percebe. E portanto como é liberal e como não sabe o que é serviço público, por isso é que eu depreendi, que o senhor queira tirar e retirar a tutela da empresa Municipal eventualmente até da competência da Câmara Municipal, porque eu não sei se o senhor deputado já leu, qual é que é a proposta do seu partido para as empresas municipais que estão com problemas, é a extinção. Depois quero saber quem é que vai gerir as piscinas, quero saber quem vai manter as condições para os atuais desportistas que lá estão? Que são lousadense, mais que são jovens lousadenses, isso o senhor deputado não acautela, o senhor deputado não diz naquilo que aqui propõem e ri-se e sabe porquê que se ri? Porque não está a cuidar dos jovens deste concelho, percebe, a verdade é essa e para terminar senhor deputado, quero dizer-lhe uma coisa, tenho muito orgulho em podermos receber aqui campeonatos internacionais, tenho muito orgulho em ver equipas de Lousada competir porque neste concelho lhe é dado a possibilidade para tal, e sabe senhor deputado, não vai ser de animo leve que permitirei que essa bancada possa sugerir o que bem quer e o que bem lhe apetece relativamente a Lousada Século XXI, e portanto, sim senhor também tratarei de me informar a cerca dessa empresa municipal e única deste concelho, não são trezentas, não são trinta, é uma, mas tratarei

de me informar sobre ela, saber a sua real situação e depois como sei que os senhores vão voltar a carga com este assunto como voltam a carga com os empregos, como voltam a carga com os estacionamento, como voltam a carga com dezenas de outros temas que estão mais que gastos, vou aqui rebater os seus pontos de vista e os seus fundamentos, e também lhe digo mais, é altura do PSD arrepiar caminho e começar a propor coisas que sejam válidas, e começar a dizer o que vai fazer e não o que fez alegadamente, e portanto, arrepie caminho Sr. Deputado, esqueça esses temas que estão mais que gastos, comece a apresentar propostas porque os senhores estão a dois anos a falar de dois mil e treze, portanto têm de arrepiar e termino.» -----

----- Intervenção do Sr. Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Para além do que disse aqui o meu colega de bancada, o doutor João Correia, vou-me referir a outros aspetos, porque penso que doutor Carlos Nunes, baseou a sua intervenção no relatório do primeiro trimestre de dois mil e onze, é que tem nas suas mãos os resultados finais do ano, não são bem como os do primeiro trimestre, e podemos ver que para além das piscinas prestarem um serviço público, ainda têm três equipas, como têm os clubes para quem o senhor reclama grandes subsídios, têm três equipas ao seu cuidado, que são as equipas de polo aquático, com vários escalões, tem as equipas de ginástica rítmica e ginástica aquática, com grande esforço de pessoas que estão na administração, sem ordenado de administradores, que fique isso muito claro, por exemplo, sem ordenados do Catroga e os resultados não são atualmente tão negativos como o senhor diz, pela prestação de contas aquilo que vou dizer, terei que procurar outros documentos que me permitam fazer uma análise mais profunda que é um balaço e a demonstração de resultados, mas pelo balancete de trinta e um de dezembro de dois mil onze, problemas maiores que a Lousada Século XXI tem, são os resultados transitados que de facto são negativos. Esta empresa para além das atividades que tem de tipo desportivo, já consegue em prestação de serviços e pequenas vendas de produtos, ter um apuro anual de seiscentos e cinquenta mil euros, que não é de desprezar. Para além disso e para terminar fazendo a ressalva de que é necessário ter documentos que me permitam analisar melhor todas as contas, em dezembro de dois mil e onze este balancete apresenta para esse ano um resultado líquido positivo de mil trezentos e dezoito euros, não percebo como é que o senhor tem tendência para falar só de coisas negativas. E não falou do resultado positivo, o senhor tem isto nas suas mãos, porque é que

não falou?» -----

----- Esclarecimento do senhor presidente da Mesa: «Não tem defesa de honra, não tem nada. Não foi insultado. Senhor Carlos Nunes essa decisão é da Mesa, aqui ninguém foi insultado, ninguém lhe chamou nomes.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Começando pela intervenção do doutor Carlos Nunes, relativamente à expansão da rede de saneamento. Ora bem, isto já é a segunda vez que ouço aqui com muito desagradado que esta Câmara já está a vinte anos no poder e que só agora é que está a resolver este problema do saneamento. Já o disse, mas vou ter que o repetir e repito-o as vezes que o for necessário, por um lado, gostava que fizesse uma análise aqui na região o que se passa aqui nesta matéria. E que me diga qual é o Município que tem uma taxa de cobertura superior a Lousada. Por outro lado, não posso deixar de o lembrar porque pelos vistos não sou só eu que tenho problemas de memória, que este problema do saneamento não foi fácil de resolver para todos os Municípios desta região, e porquê? Porque como sabem nós temos uma demografia difícil, temos uma população dispersa o que torna estes investimentos muito avultados e a solução foi de facto possível concretizar-se só agora, porque não era fácil montar o sistema, porque os Municípios por si só, não tinham essas condições, não tinham estas condições em termos de disponibilidade financeira, por um lado, e portanto, nunca foi possível encontrar soluções porque nesta matéria, havia a plena convicção que a solução deveria ser a uma escala intermunicipal, tecnicamente era mais adequado e economicamente também, e portanto, os Municípios da região perderam anos a fio a discutir soluções, a discutir cenários, a discutir esta temática, mas nunca foi possível encontrar soluções, ou melhor foram identificadas alguma soluções, mas nunca passou de meras intenções. Eu lembro-me que no primeiro mandato o assunto estava na ordem do dia e os Municípios do Vale do Sousa fizeram uma reunião em Paredes, e portanto, havia um espírito, também pelo facto de haver gente nova nos diversos pelouros e alguns presidentes novos, e havia a ideia de juntarem as mãos e conceber um projeto aqui para o Vale do Sousa, perdemos meses e meses a fio e não foi possível, quando se tratou de operacionalizar a operação não foi possível concretiza-la. Mas nós não ficamos a espera que os outros nos dessem soluções, e portanto, procuramos a melhor solução e aquela que nós pareceu ser a melhor solução e que hoje nos orgulhamos de a ter tomado foi de termos aderidos as Água do Ave. Lembro-me também que participei

numa reunião na Associação de Municípios onde estavam todos, presumo eu, não posso agora afirmá-lo com toda a certeza, mas se não estavam todos, certamente estariam quase todos os Município aqui do Vale do Sousa e onde o conselho de administração do Águas do Ave na altura ainda eram as Águas do Ave, vieram propor a solução, os únicos Municípios que aderiram foi Lousada e Felgueiras e em boa hora o fizeram, porque esta a vista de todos o investimento que tem sido feito no nosso concelho ao nível de construção da ETAR de Sousa está em fase de conclusão, portanto, as expectativas que em Abril, Maio esteja operacional. Todos vocês também terão já visto as obras ao longo do Rio Sousa, Mesio e seus afluentes, e portanto, nós a muito curto prazo temos, não direi o problema completamente resolvido, mas no seu grosso resolvido, e para terem uma ideia também já o disse aqui muitas vezes mas volto a dizer-lo, estamos a falar de investimento de cerca de onze milhões de euros, que está a ser feito em alta, é evidente que não faria sentido as Câmaras desenvolverem as suas redes em baixa sem depois terem soluções para o tratamento, eu lembro-me bem, julgo que foi na campanha do primeiro mandato que vocês diziam que Lousada tinha uns tanque, portanto que o saneamento era despejado em tanques que não tinha um mínimo de condições que era um atentado ambientais e trouxeram cá ilustres deputados que agora são secretários de estado a dizer estas aberrações. O certo é que tanques ou não eram ETARES que estavam licenciadas para o efeito não eram as soluções preferíveis certamente que não, a solução preferível e aquela que agora está em fase de conclusão, mas como digo não podíamos ficar de braços cruzados, tínhamos problemas graves e tínhamos consciência disso, tínhamos problemas graves no concelho alguns prédios, que cuja as fossas saturaram ou cujas ETAR não funcionavam convenientemente e portanto logo que assumi o pelouro do ambiente no meu primeiro mandato, tracei esse desafio de resolver estes pontos críticos do concelho e conseguimos. E portanto, nesta matéria orgulho-me de todo o trabalho que a Câmara tem feito neste domínio, e orgulho-me também do facto de termos ponderado outros cenários e não termos ido por aí, e uns dos cenários que foi ponderado na altura foi fazer-se uma concessão e também já foi dito aqui muitas vezes que o tarifário iria disparar de uma forma assustadora, e portanto, a Câmara na altura recuou não fez essa concessão, fez uma segunda tentativa, que era criar uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos, mas também aí, chegou a conclusão de que os tarifários iriam disparar, e portanto, tomou essa decisão de assumir de uma vez por todas que a conclusão da rede de saneamento fosse feita pelos seus

serviços através de gestão direta, gestão municipal, e portanto, só faltava não resolver esse problema de alta que se resolveu conforme disse através da adesão a Águas do Ave. Agora é evidente que, como disse e bem nessa matéria, nós temos alguma rede, muita rede feita que nesse momento ainda não tem condições de ligação, porque também aí as Águas do Ave agora Águas do Noroeste se atrasaram nos seus investimentos, deslizaram, eles dizem que nós, enfim, que não se vêm muitos Municípios com o dinamismo que nós temos tido nesta área do saneamento, são eles que o dizem, e portanto, não estavam a espera que nós cumpríssemos os nossos timings, e portanto eles no fundo é que se atrasaram, mas agora também a curto prazo como disse o grosso dos investimentos vão ser cumpridos, sendo certo, que este plano de investimento decorria ao longo do tempo e que com muita pena nossa soubemos que alguns investimentos que estavam programados para este ano e para o próximo vão ter que deslizar por orientações do ministério, uma vez que como sabe, os investimentos das empresas públicas têm efeitos em termos do défice. Depois disse que se calhar primeiro devia-se ter investido no saneamento e depois na água, já lhe disse que não era possível, ou não foi possível resolver este problema antes, de qualquer modo certamente é muito mais importante as pessoas terem água de qualidade para beber, do que ter o seu saneamento tratado, se tivéssemos de fazer uma escolha por aí, também não teria sido uma decisão diferente, como é obvio, porque ter água de qualidade para se consumir é um problema muito mais grave do que o do saneamento, e também não posso deixar de dizer, que também há muitos locais onde temos a rede feita, disponível pronto a ligar, e que as pessoas vão tendo alguma resistência em fazê-lo, isso é uma situação que nós preocupa, os casos mais graves, nomeadamente, em condomínios, em prédios, nós temos pressionado de todas as maneiras para resolver o problema, inclusivamente, já acionamos os mecanismos legais que nós permite fazer a obra e imputar os custos e já fizemos isso, nalgumas situações. Nas situações das habitações unifamiliares temos pressionado e temos tentado fazer as pessoas ficar convencidas que de facto é a melhor solução mesmo em termo de custos, se fizerem bem as contas acabam por pagar menos, na maior parte aderindo a rede publica de saneamento, como sabe também desenvolvemos um plano de redução das tarifas dos ramais que me parece que foi uma decisão também acertada, porque como sabem há aqui Municípios na região que de um momento para o outro disseram as ligações agora são gratuitas, e portanto, colocava-se aqui um problema de justiça, um problema de equidade, porque aqueles que há pouco tempo, a

um mês, se calhar, por exemplo, tinham pago tudo por cheio e os outro passado uns dias ou um mês já não pagavam nada, portanto era um situação que criava um desequilíbrio enorme, e portanto, nós o que fizemos, fizemos um plano de redução a cinco anos, e portanto, anualmente temos reduzindo vinte por cento, sendo certo que em dois mil e catorze já será gratuito. e portanto, neste momento não é pelo custo da ligação que as pessoas deixam de aderir ao nosso sistema, até porque tendo agora um valor simbólico ainda assim é permitido o pagamento em prestações, sendo certo também que as pessoas com maior dificuldade económicas, têm a possibilidade de pedir a isenção ou redução, conforme o rendimento do agregado familiar não ultrapasse o salário mínimo fica isento do pagamento, e se não ultrapassar duas vezes reduz-se em cinquenta por cento. E já agora também sobre esta matéria, há por vezes situações curiosas, como por exemplo, abaixo-assinados que entraram na Câmara a dizer que era uma necessidade de primeira ordem, que era um problema de saúde pública, que era inadmissível em pleno Século XXI não haver saneamento, quando a obra inclusivamente já estava, o procedimento para o concurso que já estava devidamente encaminhado, a Câmara já tinha aprovado, portanto era só uma questão de tempo para se adjudicar e o certo é que a obra está feita e muita gente que assinou esse abaixo-assinado ainda não o ligou, isto é que é triste. Relativamente à questão do Século XXI, conforme já foi dito aqui estamos a falar de uma empresa municipal que conforme vocês próprios o reconhecem, não visa o lucro, visa isso sim prestar um serviço público aos nossos munícipes, mas de facto também nós temos essa preocupação de na mesma ter uma gestão devidamente controlada. E a sensação que temos é que a atual administração tem feito um trabalho, conseguido, mudar o Conselho de Administração é aquilo que os governos fazem sempre que chegam ao poder, e não é por aí que as empresas pública deixam de dar prejuízo, às vezes até é bem o contrário, e portanto, nesta matéria está tudo inventado ou se aumenta aos preços ou se reduz à qualidade de serviço, ou se corta com os serviços, como aqui se referiram por exemplo, o Sr. Ferro referiu e bem três equipas é uma opção. Agora, o que é que vale mais, controlar ou baixar um pouco o prejuízo ou prestar aquele apoio que presta aos jovens que participam naquelas três modalidades, é um mero exemplo. Ou então o único acionista que é a Câmara Municipal é muito fácil resolver, aumenta as transferências, agora não ouvi aqui ninguém dizer que a Século XXI não estava a cumprir com os seus compromissos, não ouvi aqui ninguém dizer que a Século XXI, não paga atempadamente os seus vencimentos aos funcionários ou que não paga aos seus fornecedores

atempadamente, porque está a fazê-lo, e portanto basicamente do que nós estamos a falar é de uma questão contabilística. De facto é verdade de que em termos contabilístico metade do capital social, já se perdeu e nos termos também do código de atividades comerciais isso pode ou poderia dar lugar a dissolução da sociedade, mas isso infelizmente é uma prática generalizada no mundo empresarial e portanto no caso em concreto como estamos a falar de um único acionista é muito fácil de resolver o problema, sendo certo que nos parece que o momento mais oportuno para o fazer é depois de resolver o problema do imóvel, como sabem o imóvel tem um valor muito avultado e está em nome da Século XXI e portanto todos os anos a questão das amortizações tem um peso muito significativo no resultado operacional da empresa. A Câmara já o disse em tempos que era intenção dela reaver para o seu património o imóvel, certamente depois o resultado vai ser completamente diferente, não o fizemos porquê? Não o fizemos porque a Século XXI apresentou uma candidatura para dotar o edifício dos ditos painéis solares e portanto estamos a aguardar o resultado dessa candidatura, porque um dos requisitos para a Século XXI apresentá-la era de facto ser proprietária do edifício portanto seria completamente irresponsável não aproveitar ou pelo menos não tentar aproveitar esta oportunidade, portanto, vamos aguardar se a candidatura for aprovada o imóvel vai ser dotado dos ditos painéis solares que vai por sua vez reduzir o valor da fatura energética e depois julgo que há um prazo de um ano ou dois anos, que o património não pode regressar a Câmara mas logo que possa é isso que vamos fazer, e certamente os resultados serão diferentes. Para terminar, não podia deixar aqui de fazer uma referência que é o facto de não perceber a incongruência em que incorrem uma vez que estão muito preocupados com os prejuízos desta empresa, assumem que a mesma não visa o lucro e que se pudesse minimizar prejuízos não seria mau, mas ao mesmo tempo defendem, ou pelo menos defendiam, uma vez que vocês estão sempre a mudar de opinião, mas defendiam isto em campanha eleitoral que era um piscina por cada quinze mil habitantes, isso meus caros amigos era suicídio.» -----

----- TERCEIRO PONTO – Aprovação desafetação do domínio público do troço de caminho, assinalado em planta anexa da Informação n.º 3565/DMOA/ - Casa dos Casais, na freguesia de Vilar do Torno e Alentém -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Relativamente a este ponto,

dizer que em coerência com aquilo que foi decidido também em órgão executivo, vamos votar favoravelmente.» -----

----- Esclarecimento do senhor presidente da Mesa: «Agradecia que não fizesse comentários neste intervalo, porque não leva a nada e não dignifica nada esta Assembleia.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da desafetação do domínio público do troço de caminho assinalado na planta anexa, da Casa dos Casais, na freguesia de Vilar do Torno e Alentém (Informação n.º 3565/DMOA/2011), em cumprimento do estabelecido na alínea b) do n.º 4 do art.º 53º e alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e que seja prescindido o prazo para apresentação de reclamações previsto no art.º 162.º do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que houve uma desafetação tácita do mesmo, pela não utilização (pública) nos últimos tempos, em virtude da alteração do traçado do caminho.”-----

-----A proposta número um foi aprovado por unanimidade de quarenta e seis votos.-----

----- Esclarecimento do senhor presidente da Mesa: «Na reunião prévia ficou combinado que se daria uma moção sobre a proposta de lei 44/12, posteriormente com o efeito de se enviar a Associação Nacional de Municípios. Associação Nacional de Municípios pediu às Assembleias um parecer, e como nos pediu um parecer a única hipótese que nós temos e, porque provavelmente os pareceres não são unânimes, é as bancadas apresentarem cada uma um parecer, e depois é sujeita à votação, penso que se podia discutir ao abrirmos este ponto.»-----

----- QUARTO PONTO - Análise e discussão da Proposta de Lei n.º 44/XII, relativa à Reorganização Administrativa Territorial Autárquica -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU – Coligação Democrática Unitária: «Senhor presidente, excelentíssimos senhores e excelentíssimas senhoras aqui presentes. Sobre a questão e sendo estes pareceres não

vinculativos é de todo lembrar que a CDU de Lousada na sessão deste órgão deliberativo no dia vinte e três de setembro do ano transato expõe nesta digníssima Assembleia uma Moção sobre este assunto. A CDU nunca se sentara à mesa com nenhuma força política quer desta ou noutra Assembleia em todo o país para negociar o que for que seja e assim não ser conivente em situações como esta ou quaisquer que intentem contra ao povo e cujo intuito seja prejudicar as populações. Os elementos que integram a CDU que é o coletivo Partido Comunista Português, partido ecologista “O Verdes” assim como os independentes progressistas, são elementos coerentes, aos seus princípios e com os princípios da vontade popular, o que dizemos nas campanhas eleitorais é o que fazemos e agimos quando eleitos, porque foi o povo que nós delegou e confiou através do seu voto, livre e democrático, somos diferentes porque não damos o dito pelo não dito, não mentimos, infelizmente palavra hoje aqui tão falada. Acabar com as freguesias que foi uma das conquistas de Abril, o poder local e o que nos diz respeito ao nosso concelho, grosso modo, tem e bem representado o povo. Atribuindo agora competências às Assembleias Municipais, substituindo o conceito de critérios por parâmetros ou pareceres para a CDU é uma atitude cínica, nós não passamos certidão de óbito aos órgãos representativos das populações, não conte com a CDU para o empobrecimento democrático, retomar ao tempo dos regedores, não.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia e mais secretários, senhores e senhoras vereadores, senhores e senhoras deputados. Efetivamente o ponto que hoje discutimos já foi aqui, enfim algo debatido. A intervenção do nosso colega da Assembleia Municipal, Xavier Pires atestou isso mesmo, ele próprio enquanto representante da CDU, do grupo enfim que representa, apresentou a esta Assembleia uma moção que foi votada e aprovada com um voto favorável e as restantes abstenções de todos nós. Lembro-me perfeitamente da Moção do senhor deputado Xavier Pires, lembro-me também perfeitamente daquilo que aqui defendi. Este processo devia ser participado, não deveria ser vinculativo numa moção fechada, mas que deveria ser um processo participado, e com uma origem nas Assembleias de Freguesia, desde logo, a concluir na Assembleia Municipal. Ora, nós nessa altura tínhamos enfim conhecimento de um livro verde, uma proposta consubstanciada num livro verde, nessa proposta do livro verde havia a definição de alguns critérios com vista a reorganização administrativa, do poder local, volvo reforma administrativa

do poder local, portanto aquilo que na altura tínhamos conhecimento, hoje temos algo que já é ligeiramente diferente, isto terá que ver naturalmente com o pesar de algumas sensibilidades, direi eu, naturalmente que enfim é uma opinião pessoal. O que é certo, é que temos que recordar a origem de todo este processo, e a origem de todo esse processo remonta há já largos meses, não é algo que venha de ontem, da última Assembleia ou até mesmo da data da Assembleia da moção apresentada pelo nosso colega deputado Xavier Pires nesta Assembleia Municipal. Isto já vem de trás e já vem de trás, enfim, da discussão ampla que existe ao nível principalmente dos maiores partidos representados na Assembleia da República, consubstanciada depois numa pretensão muito explícita e muito clara inclusivamente da governação Sócrates, e portanto, nós tivemos aqui, enfim, se me permite utilizar este chavão o pai desta reforma se teria de atribuir a alguém, seria ao anterior secretário de estado da administração local, José Junqueiro. Mas já em dois mil e dez Almeida Santos, Presidente também do Partido Socialista, dizia, e portanto, tem aqui um artigo do diário de notícias que Almeida Santos refere, "...sustenta que nós tempos acuais não se justifica a existência de trezentos e oito municípios...", depois mais a frente no artigo diz "... em Portugal mais de metade das freguesias têm menos de mil habitantes e há trinta e seis com menos de cinco mil habitantes...", dá os exemplos das freguesias, uma constatação que leva Almeida Santos a defender "...a redução do número de municípios porque há freguesias com meia dúzia de eleitores e isso não se justifica num mundo em que as comunicações são rapidíssimas...", o socialista quer que a extinção de Municípios se faça pela via da fusão, bem estas são afirmações de Almeida Santos datada de Junho de dois mil e dez, como eu referi José Junqueiro também com uma responsabilidade governativa, no anterior governo de Sócrates, também já ele dizia e aqui já datado a Março de dois mil e onze "...queremos discutir tudo, desde o papel dos Distritos até analisar uma eventual relocalização de concelhos ou freguesias...", relocalização ainda não percebi muito bem, mas depois ele mais a frente concretiza "... aquilo que queremos agora debater é um novo modelo de reorganização administrativa do território..." afirmações José Junqueiro datadas de um de Março de dois mil e onze. Para mais à frente se congratular, se manifestar o seu apreço impressionado, com o exemplo, de fusão de quatro juntas da cidade da Covilhã numa só freguesia "... o exemplo da Covilhã...", isso são palavras de José Junqueiro "... o exemplo da Covilhã, é para nós governo à data o estímulo para dar continuidade ao trabalho que iniciamos...", bem naturalmente, aquilo que é percebido na

opinião pública é naturalmente consensual aqui entre nós e existe uma vontade ao nível dos maiores partidos, representados na Assembleia da República para reformar administrativamente o poder local. Tudo isso decorre ou vem sendo incrementado pela referida imposição do memorando da Troika, diz o ponto 3.44 deste memorando, que se refere a reorganizar a estrutura da administração local, existem atualmente trezentos e oito Municípios e quatro mil e duzentas e cinquenta e nove freguesias até Julho de 2012, o governo desenvolverá um plano de consolidação, para reorganizar e reduzir significativamente o número destas entidades, o governo implementará estes planos baseado num acordo com a comissão europeia e fundo monetário internacional, estas alterações que deverão entrar em vigor no próximo ciclo eleitoral local, reforçarão a prestação do serviço público, aumentarão a eficiência, e reduzirão custos, isto é o que está no memorando de entendimento como bem se recordam assinado em Maio de dois mil e onze, pelo então governo de Sócrates, bem, não vamos prendermos com a origem, de todo este processo que pode ser mais ou menos virtuoso para o poder local, aquilo que nós nos devemos prender, será com uma discussão sincera, aberta, relativamente a todo este processo, pois, a proposta de Lei consagra ainda a obrigatoriedade desta reorganização administrativa do território das freguesias, e regula e incentiva a reorganização administrativa dos territórios dos Municípios. Ora, havendo esta determinação em proposta de Lei nós temos aqui um de dois caminhos, ou batalhamos por defender o melhor para o nosso concelho e para as nossas freguesias, ou então dizemos claramente não quero saber disso para nada, portanto, este é um de dois caminhos, e portanto, temos aqui duas possibilidades, a possibilidade de querer defender os interesses das freguesias, ou a possibilidade de virar as costas ao interesse da reorganização administrativa das freguesias, e portanto, deixo também naturalmente aqui um espaço de palavra para o PS se pronunciar, para que efetivamente percebamos todos qual é que é a posição do Partido Socialista.»-----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Doutor Carlos Nunes, sempre muito interessado no spin político mas vamos lá ao que interessa, nós vamos batalhar e defender o interesse das freguesias, sem dúvida, primeiro ponto. Segundo ponto, concordo com tudo o que senhor Almeida Santos disse e José Junqueiro também, o problema é que foi noutra contexto, no contexto antes do memorando da Troika, que era para fazer uma reforma pensada em que

todos eram ouvidos e com tempo. Não é nada de régua e esquadro imanada dos gabinetes do Terreiro do Paço e que cada um quisesse cumprir senão, eram obrigados. São duas coisas completamente diferentes, mas repito e que fique ciente disso, nós vamos defender as freguesias de Lousada. Em relação a esta proposta e somente a esta proposta de Lei número 44/2012, eu que seja claro, em relação apenas a esta proposta, nós não podemos aceitar nem concordar com a mesma relativa a este tipo de reorganização administrativa. Vou ser claro mais uma vez, este tipo de proposta de Lei não podemos aceitar. Assumimos que estávamos expectantes face a reformulação do que tinha sido apresentado no documento verde. Mas o que observamos foi uma tremenda desilusão, perante vós eu reafirmo o que já disse, o que necessitamos é de uma verdadeira regionalização. Por outro lado, esse argumento da obrigatoriedade, desta reforma por imposição da Troika ela não pode colher adeptos, e não pode colher adeptos por uma simples razão, em primeiro lugar basta ler o memorando para percebermos que ele não é claro quanto aos princípios a tomar. Aliás acho que abono da verdade, este memorando é um conjunto de sugestões para de que determinados objetivos sejam cumpridos e esses objetivos é que são o cerne da questão. Estas sugestões mais uma vez não é a obrigatoriedade, eu dou-lhe um exemplo, se vocês repararem as nomeações político partidárias eram completamente desaconselhadas pelo memorando da Troika e elas foram feitas, portanto, há aqui alguma coisa que está mal ou é para valer o documento da Troika ou não é, portanto, começamos logo por aí. Em segundo lugar, eu também tinha aqui transcrito o ponto 3.44 desse mesmo memorando em você disse e bem na parte final mas com um tom mais calado, para ninguém ouvir reduzir custos, exatamente, reduzir custos, ora como podemos observar, tanto nas palavras do secretário de estado Paulo Júlio e do próprio ministro Miguel Relvas, eles assumem que não é para reduzir custo, mais uma vez, aquilo que está escrito no memorando é para valer ou é para brincar às reformas? Falando em nome pessoal, eu até gostaria de ver coragem, mas uma verdadeira coragem, de todos os responsáveis políticos da nossa região e com real influência na Assembleia da República, no governo e em todo o lado, para se insurgir até e promover uma verdadeira solução para o país que é a regionalização. Mas estou completamente a vontade para dizer isso, porque nós também já dissemos aos nossos companheiros de partido, também eles têm responsabilidade, os deputados do PS daqui da zona, porque nunca na vida, defenderam com unhas e dentes uma regionalização que é isso que nós realmente precisamos, e depois aí sim, com a regionalização feita nós assumíamos um

compromisso de reduzir custos até, reformular freguesias, mas conversando com a população, porque isto é todo muito bonito, toda a gente ao início concorda com a reforma administrativa e com a extinção das freguesias mas ninguém concorda com a extinção da freguesia deles, esse é que é o real problema, portanto, porque é que nós colocamos pressão em Lisboa e na Assembleia da República de forma irmos em frente com esta regionalização, assistimos sempre isto impávidos e serenos e não se passa nada, portanto, o quer vier aí vem e continuamos lá sempre a obedecer cegamente ao que Lisboa nós diz, isto não pode ser meus amigos. Depois eu acho que nós apoiamos totalmente uma reforma administrativa, portanto não usurpem as nossas declarações, nós apoiamos. Mas feita com regra e com lógica, em que em primeiro lugar divide-se o país em regiões, cada um com a sua particularidade e depois assumimos o compromisso para reduzir o peso significativo da administração, para flexibilizar os serviços, mas feita por pessoas com conhecimento da regionalização e que tenham o contacto efetivo com a sua própria população. Mas o que nós propõe nesta proposta 44/2012 é algo sem discussão possível, foi uma proposta feita no Terreiro do Paço ou se calhar em São Caetano ao lado ou algo do género, em que depois de feito todo o documento, está tudo direitinho agora sim pede-se a opinião aos outros partidos para darem sugestões, mas sugestões de quê? De uma coisa que já está feita? É isso que é impossível. Portanto nós não vamos, nem podemos negociar factos consumados, não podemos aceitar uma proposta que extermina de vez o melhor que o poder local tem, que é a proximidade. Caros amigos, não vale a pena dizer que a identidade das freguesias se mantém e tudo isso, isso não é verdade, mais cedo ou mais tarde, todos sabemos que elas se vão liquidar, e isso, os clubes de futebol e as associações desportivas recreativas e culturais, vai tudo, portanto, o que nós temos que saber é ter sensibilidade para gerir esta situação, com tempo. O quê que nós interessa agregar freguesias, municípios se depois no final de contas todos sabemos o dinheiro continua a ir todo para Lisboa? Portanto, nós fazemos a vontadinha toda aos senhores da capital e de resto fazemos o nosso trabalho, mas o que é certo. Eu ainda a pouco eu li um programa, um projeto do QREN ou algo do género a nível da proteção civil, nomeadamente, para os bombeiros de Lousada, que nós estávamos contentíssimos com o que lá vinha para podermos reformular um pouco as instalações, e por azar era só para Lisboa e Vale do Tejo, mas isto tem algum cabimento, criar situações para uma das regiões mais ricas de toda a Europa, região de Lisboa e Vale do Tejo, se fosse para Trás os Montes eu ainda me calava, agora continuamos

a ver isso? Suceder-se, suceder-se, suceder-se não nós, dizemos amém ao chefe de partido a toda a gente para quem sabe podermos ter alguma palmadinha nas costas e siga para a frente, isso não pode ser, portanto se acabarmos com a identidade das freguesias nunca chegaremos a criar uma entidade regional, forte, dinâmica, para fazer face a esse poder, a regionalização morre, é o funeral da regionalização, portanto mais do que acabar com as freguesias, nós também damos sugestões, o que é que o governo devia pensar? Devia pensar, como é que nós vamos agilizar estas freguesias? Como vamos adequar o seu financiamento e os seus funcionamentos? O que vamos fazer as regiões, o que vamos fazer as comunidades intermunicipais? Serão estas necessárias ou é mais importante proferir outro tipo de soluções? Esta, e para terminar, é uma medida séria demais para ser tomada de um momento para o outro com prazos completamente ridículos em que tudo nós é imposto e que ainda nós dizemos é pá vocês ainda podem negociar, não podemos nada, podemos negociar uma coisa ou outra, mas o que é real e o que nós vai acontecer é aniquilar as nossas freguesias e o melhor que o poder local tem, portanto, não podemos estar a favor deste tipo de proposta, nomeadamente, e apenas a proposta Lei 44/2012.»-----

----- Era meia-noite e trinta e cinco minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão o seguinte membro: João Edgar Ferreira Avelino presidente da Junta de Lousada Santa Margarida -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Efetivamente, esta última intervenção do Sr. Deputado Nelson Oliveira, deixou-me assim um bocadinho confuso quanto, enfim **assunção** de algum parâmetro ou de alguma regra relativamente a uma proposta efetiva de reforma administrativa do poder local, não senti que houvesse aí nada substancial. De facto, é a favor da reforma administrativa do poder local, mas depois não concretiza de que forma, se for através da regionalização, pois bem, é um processo que não importa para a discussão do ponto de vista da proposta de Lei. Só lembrar uma vez mais que do ponto de vista da coligação Lousada viva, o Município de Lousada ao alhear-se desta discussão pode incorrer neste prejuízo para a defesa dos interesses das freguesias, e pode incorrer porquê? Porque havendo determinação de levar avante esta reforma administrativa do poder local, o que é certo, é que o Município de Lousada, diz isto não é comigo, essa não é a minha reforma,

e depois vem a dita reforma que vocês dizem dos gabinetes, não sei bem de onde, mas será certamente de Lisboa, pois bem, nós entendemos também que a reforma do poder local não deve colocar em causa a perda de autonomia e de direitos das freguesias é um ponto assente para nós. Só deverá avançar sob consulta e participação ativa das Assembleias de Freguesia, é outro processo e procedimento que deve ser tido para alavancar qualquer reforma administrativa do poder local, e depois algo que nos parece muito importante e uma vez mais reitero, esse meu receio que é, tem que ser o Órgão Executivo como legítimo representante dos interesses do concelho e das freguesias deste concelho a liderar este processo, e a gerar medidas de consenso, que sejam, genuínas, e mais acertadas possíveis para neste processo e procedimento de auscultação das entidades e das forças vivas locais para uma posterior apresentação de proposta final a este Órgão, que é o Órgão Deliberativo, portanto, este procedimento deve ser tido só a liderança da Câmara Municipal enquanto Órgão Executivo legalmente eleito e representativo dos interesses do concelho e das freguesias, com vista a formulação de uma proposta final a Assembleia Municipal, e a Assembleia Municipal há-de se pronunciar sobre a conformidade dessa referida proposta, não vale a pena acrescentar muito mais porque efetivamente já estamos habituados a esta fuga para a frente, tudo o que toca a tomar decisões e decisões difíceis, já estamos habituados por parte do Partido Socialista Lousada a ter enfim este receio é neste processo, é noutros processos ligados ao sector do ambiente, do urbanismo, da educação até inclusivamente, enfim do aterro sanitário, já estamos habituados, tudo o que toca a medidas difíceis, a decisões difíceis, a que empurrar com a barriga para a frente, e tentar colar as decisões depois a um gabinete de Lisboa, eventualmente até arranjam aqui um cúmplice, ou dois cúmplices de Lousada que maquinaram esta proposta de régua e esquadro, enfim, a criatividade fica naturalmente do vosso lado, porque efetivamente não é nada disso que se trata. O que se trata objetivamente é de tentarmos acautelar os interesses das freguesias do concelho de Lousada.»-----

----- Intervenção do Sr. Simão Ribeiro do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Muito obrigado, senhor presidente na sua pessoa cumprimentos e mais membros da mesa, senhores e senhoras vereadores, senhor presidente de Câmara em exercício, senhor e senhoras presidentes de Junta, estimado público. Quero aqui hoje fazer uma intervenção e antes que o senhor presidente da Mesa da Assembleia venha

aprofundamento da capacidade de intervenção da junta de freguesia, a melhoria e desenvolvimentos de serviços públicos de proximidade prestados pelas freguesias às populações e a promoção de ganhos de escala de eficiência e da massa crítica nas autarquias locais, tudo isto, ao longo do tempo foi sendo preparado através das Associações de Freguesia. A realidade que foi difícil, de implementar face a dificuldade na possível Associação de Freguesias. Acontece que temos uma Comunidade Intermunicipal, que nunca ninguém criou obstáculo e que ela existe, existe dentro do nosso concelho, uma ou outra freguesia que também está associada, e estão já a trabalhar em bloco, ou pelo menos possibilitou a criação da Vila da Aparecida, e acontece que, o nosso concelho, e em especial o nosso concelho, já faz alguns anos que existe como ou possui agrupamentos de freguesia, nomeadamente, ao nível da educação. E aquilo que a freguesia de Caíde e que a sua Assembleia refletiu é que nesta matéria a educação já há uma série de anos que tem vindo a preparar as novas gerações sobre esta matéria, e mais, Lousada Este, que é uma das figuras de um dos agrupamentos, que eu conheço melhor, este agrupamento de Escolas Lousada Este que não teve qualquer conflito, interesses, não houve animosidades, não existiu qualquer tipo de guerrilha, pelo menos que eu saiba, partidária ou política sobre o agrupar dessas freguesias ao nível de um agrupamento específico, ao nível da educação. E perante estes elementos que apresentei, eu sou a favor de uma reforma administrativa digna, estruturada, planeada, e de que várias forças possam interagir. Referi uma que já existe que é a educação, dentro daquilo que é a figura do agrupamento de Lousada Este, o Lousada Este existe, sem outros entretimentos pelo meio de união de freguesias, existe um nome que é o Lousada Este, como existirão outros, outros nomes para o resto do concelho, e nessa mesma linha, entendo que é a melhor reforma nesta matéria, e seguindo aquilo que está preceituado no artigo sexto, olhando à tipologia predominante das atividades económicas, ao grau de desenvolvimento das atividades geradores de fluxo significativos de população, bens e informação, a dimensão e grau de cobertura das infraestruturas urbanas e da prestação dos serviços associados, nomeadamente, o sistema de transportes públicos, esta referência que eu fiz ao argumento Lousada Este, possui tudo isto, a nível de transporte, sejam rodoviários e ferroviários, de abastecimento de água e saneamento, que está a dar passos significativos neste tempo e por esta altura, graças a deus, e saneamento e distribuição de energia e telecomunicações, falta, aqui no documento a meu ver referir que este agrupamento ganhará ainda maior

força, ganhará escala, ganhará outra afirmação, se juntar a questão da saúde, a questão social, a questão cultural de um modo planeado, estruturado e consciente daquilo que será o futuro, e quando se reunir o diretor do agrupamento com o Presidente de Junta, com o responsável da saúde, com alguém que assuma a responsabilidade da parte social, pensar-se num projeto consciente, um projeto de força que traga proximidade, que traga melhor qualidade de vida e acima de tudo um melhor serviço a população e foi nesta linha que a Assembleia de Freguesia de Caíde de Rei se manifestou e tomou posição, mais do que entrarmos em questões de divisões partidárias ou políticas, ideologias, seja qual for a ideia, eu entendo e estando eu no fechar de mandatos, entendo que este Lousada Este, que trabalha ao nível da educação que tem vindo a preparar as novas gerações, entendo que dará um contributo fantástico para o futuro se articular de um modo consciente, de um modo responsável não só a questão da educação mas a questão social, a questão da saúde, a questão dos transportes e acima de tudo, uma valência por excelência que é a questão da indústria e da questão da criação de emprego que ao longo destes últimos anos tem tido alguma dificuldade em se levantar, que é a área empresarial de Caide de Rei que daria respostas e que dá respostas nesta matéria. Por isto e para terminar sou a favor de uma reforma administrativa a este nível.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo Presidente, excelentíssimos membros da Mesa, excelentíssimos vereadores, excelentíssimo senhor presidente em substituição. Caros membros desta Assembleia. Há a um ponto em que todos somos convergentes e já somos há muito tempo, é necessária uma reforma administrativa. Todas as pessoas concordam com isto, e também somos convergentes no sentido de verificarmos, de constatarmos que no país existem concelhos a mais, freguesias a mais e que é necessário reconfigurar isto dando massa critica a essas freguesias, dando massa critica a esses concelhos, para que lhe possam ser atribuídas mais responsabilidades e para que essas responsabilidades possam ser exercidas com muito mais poder, com muito mais autonomia e com muito mais capacidade. A pergunta é, esta é a reforma ideal? Talvez não, este é o timing adequado para fazer a reforma? Talvez não. No entanto há uma questão que não podemos esquecer é que está reforma, foi-nos imposta porque constatando há décadas, há décadas, que temos a necessidade urgente de fazer uma reforma administrativa,

vieram de fora impor-nos uma reforma que vai ser feita, não tenhamos dúvidas! Nós podemos concordar com ela ou não mas ela vai ser feita, porque nos impuseram essa reforma. Impuseram a reforma com um prazo muito concreto e diante desta realidade que é discutível nós só temos duas alternativas, ou tentamos minimizar as implicações que isso vai ter para o nosso concelho e para todos os para outros concelhos, para as nossas freguesias e para todas as outras freguesias, ou nós tentamos minimizar e abrimos um diálogo aberto, franco, leal, descomprometido, despreconceitoso ou nós fazemos isso, ou então efetivamente vamos ter uma reforma de régua e esquadro. Agora se a decisão desta Câmara, desta Assembleia, se a decisão deste executivo é uma vez mais, diante de uma responsabilidade que é necessário assumir, diante de uma decisão que é necessário tomar em mãos, empurrar para a frente e fazer de conta que isto não é nada connosco, porque vai ser uma decisão difícil, vai, mas nós temos de assumi-la, se a responsabilidade do Município não for assumida não vale a pena depois procurarmos bodes expiatórios naquele que estão ao lado, a responsabilidade é de quem governa, quem tem que de apresentar uma proposta, a quem estão a pedir propostas neste momento é a esta Assembleia e a este executivo, por isso, ou nós apresentamos e vamos para um debate como já disse, franco, sério, honesto, leal ou então vamos sujeitar-nos aquilo que nos vão impor, depois não vale a pena dizer que a culpa foi dos outros.»-----

-----Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silves: «Eu só vinha cá afirmar uma situação dentro daquilo que já foi afirmado pela Bancada da Coligação Lousada Viva. Que é a questão da seriedade e do trabalho. Quando vim para a política, vim para a política para discutir as coisas, com seriedade, com trabalho, com clareza. Não vim para a política para fazer politiquices. E é aquilo que se parece que se está aqui fazer desta Bancada do Partido Socialista. Que é de certa maneira olhar para esta reforma administrativa e ver nela uma hipótese de jogada política atirando responsabilidade para cima de outros, ora isto vai-nos sair caro, como sempre saiu ao país, repare nós temos uma reforma administrativa do Século XIX que foi complicada, sangrenta, terrível, e é esta que todos hoje estamos a defender agora, é incrível, dois séculos quase depois toda a gente acha que está é a reforma ideal. Estamos a falar da divisão administrativa do território nacional em freguesias do Século XIX, que foi complicada e teve várias fases, é desta que estamos a falar que coincide inclusivamente com as paróquias, com a parte religiosa, portanto,

relativamente a este aspeto nós temos de ter duas considerações, ou queremos que o país volte a fazer a figura triste que sempre fez no passado, de deixar que seja os estrangeiros, que seja o exterior a impor ao próprio país um conjunto de reformas, como sempre foi, vieram sempre de fora impormos reformas, ou nós olhamos para o nosso território, olhamos para aquilo que nós queremos em termos de objetivos para as nossas populações, e pensamos objetivamente mesmo que essa objetividade e essa proposta, não tenha, ou se distancie de certa maneira daquilo que é o projeto de Lei do governo e apresentamos uma proposta que achamos que é nossa, que é seria e convenha ao concelho, portanto, ou fazemos este esforço, ou então, como disse o meu colega anteriormente, alguém vai fazer isto por nós como sempre aconteceu neste país. E, portanto não estou muito sinceramente, lamento, sinto-me envergonhado de pertencer a uma Câmara que numa determinada altura, olhou e assobiou para o ar e não teve a coragem o civismo, a capacidade política de esquecer partidarites, e olhar para o território do concelho e verificar que pode haver um projeto de desenvolvimento diferente, integrado, que possamos todos em conjunto olhar e definir, e é isso que eu lamento, as coisas aparece-nos na vida é mesmo assim, quando a morte, quando as crises, quando as situações nós aparece na nossa vida, não é assobiar para o lado e deixar de os enfrentar é perante as dificuldades, perante urgência, perante as situações que estamos a viver neste momento no país que são dramáticas e todos nós o sabemos, que temos que dar umas respostas positivas, que temos de dar respostas cabais em relação aquilo que são as defesas dos interesses das nossas populações. E, portanto um mapa que toda a gente fala de régua e esquadro pode vir a ser apresentado, pode ser muito, muito desvantajoso para o concelho, se nós não fizermos o nosso trabalho de casa. Por isso, o que eu proponho e acho completamente descabido, nós temos noventa dias a partir do projeto Lei para apresentar à Assembleia da República o parecer, o que eu proponho a esta Assembleia é que não se vote aqui coisa nenhuma, porque ainda temos uma Assembleia Municipal, em Abril que ainda nós dá algum tempo, mas que se crie com base nos partidos parlamentares uma comissão que estude, que faça uma proposta credível e que seja esta proposta, mesmo que seja completamente diferente daquilo que é proposta do governo. Mas que haja uma proposta, que não nós demitamos da nossa responsabilidade e então sim essa proposta é que deve ser votada em Assembleia e deve seguir para a Assembleia da República, senão estamos aqui a discutir o sexo dos anjos, estamos a discutir falácias. Nós vamos agora votar um projeto de Lei, não é isso que se prende meus caros amigos,

o que se pretende é que esta Assembleia, que esta Câmara apresente uma proposta, que vote uma proposta para ir a Assembleia da República, é o que está no ponto onze da proposta de Lei, portanto, sejamos sérios uma vez por todos e deixamos de andar aqui a brincar, parecem meninos a brincar as casinhas.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Pois bem, para reiterar esta intervenção contundente de um senhor presidente de Junta, deste nosso concelho Lousada. De fato em reunião de líderes acordamos, enfim por proposta do senhor presidente doutor Mário Fonseca, discutir este assunto proposta de Lei e apresentar um parecer para votação, na altura manifestei-me contra. Enfim, fora do contexto termos que apresentar um parecer de algo que ainda não é uma proposta, é apenas uma proposta de Lei, de facto manifestei essa minha posição contrária, o que é certo, é que aceito as regras democráticas para nessa dita reunião de líderes e acedi naturalmente a essa ideia de apresentarmos cá no final deste ponto de discussão um parecer para votação. Mas não há nada melhor ou mais correto de que em tempo oportuno podermos emendarmos um erro, que é um erro aqui reiterado, e muito bem explanado pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de Silvares. Nesse sentido e considerando já na dita reunião de líderes, que era um erro, e aqui naturalmente muito bem explanado pelo senhor presidente de Junta, que é um erro sobre um erro, estarmos a insistir na apresentação de um parecer não faz sentido, o que faz sentido sim, é seguirmos esta sugestão do senhor presidente da Junta de Freguesia, a qual eu peço à mesa que coloque à votação desta Assembleia este mesmo procedimento aqui sugerido pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de Silvares.» -----

----- Esclarecimento do senhor presidente da Mesa: «A mesa vai dar uma explicação porque há aqui erros em cima de erros, há deturpações em cima de deturpações, primeiro, aquilo que foi definido em conferência de líderes, o Senhor agora se quiser pode mudar, está no seu direito, mas o que ficou definido e é o que vai ser feito, é a apresentação de um parecer para enviar a Associação Nacional de Municípios Portugueses. O que nós vamos fazer é um parecer para enviar à Associação Nacional de Municípios. Que eu saiba a maior organização e a organização com mais força neste país é a Associação Nacional de Municípios Portugueses, é aí que estão

representados os Municípios. Segundo erro, o senhor Fausto há bocado falou erradamente numa coisa é que a Câmara, só deve fazer alguma coisa depois de aprovado este Decreto-Lei, que não foi ainda e depois disso tem noventa dias. E repare mesmo aprovado a Câmara o que fizer tem de fazer de ser de acordo com o que está na Lei, aquilo que nós impuseram de fora, não diga que isto é tão bem feito, inclusivamente foi enviado um mapa de exemplo em que o governo teve a amabilidade de considerar Lousada como um dos exemplo e então no meio das divisões de Lousada ponho zona urbana Aparecida e englobavam só Torno e metade do Vilar, e portanto, é para ver como as pessoas fazem estas coisas, agora o pressuposto disto será esse. A única pessoa, a única autoridade que tem competência para legislar sobre a administração autárquica e sobre as freguesias é a Assembleia da República, as Câmaras não têm qualquer poder deliberativo. O que vai ser pedido as Câmaras para fazer estas propostas depois de acordado isso, portanto, o Senhor está a falar de tempo ao criticar a autarquia e ao criticar se calhar todos os órgãos autárquicos deste país ao dizer que se devia fazer, não estamos em tempo, depois disso virá a Assembleia. Depois a proposta da Câmara virá a Assembleia é assim, leia os papéis que vai ver que é assim, não é ao contrário portanto a Câmara não está absolutamente nada em falta nem podia ter feito nada até agora, aquilo que está a fazer agora é o mais importante que é dar um parecer a Associação Nacional de Municípios, porquê que nós pusemos a proposta, porque eu não posso mandar... Depois virá a Assembleia, tem de vir a Assembleia mas tem de ser primeiro a Câmara a fazer, e primeiro tem de ser aprovado na Assembleia da República e repare daí até lá ainda falta muita coisa até porque a gente não sabe. Não adianta andarmos com os carro a frente dos bois, peço desculpa, a outra coisa que ia dizer, agora perdi-me um bocado, em relação a vir estas moções é exatamente para enviar a Associação Nacional de Municípios, não tem outro efeito, isto foi discutido entre nós porque eu não posso mandar a Associação Nacional de Municípios pediu-me um parecer, os senhores não querem que eu pegue e faça o meu parecer e mande para a Associação de Municípios, então só tenho uma viabilidade é vocês poem um parecer e este parecer é depois enviado a Associação Nacional de Municípios. Senhor Fausto não está na agenda porque foi combinado em reunião de líderes.»-----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Não sei quem o disse, mas não é uma questão de palco. Estamos a tratar coisas sérias e portanto sejam sérios

também nesse tratamento. Foi relativamente aqui a uma farpa entre aspas que lançaram sobre uma questão de palco. Não é uma questão de palco, é uma questão de tratar as coisas seria, como elas devem serem tratadas. Agora senhor presidente, não ouviu... Foi agora e portanto à que colocar estas coisas no seu devido seu lugar. Senhor presidente o parecer desta Assembleia para enviar a Associação Nacional de Município deve ser a ata desta Assembleia, e portanto, a Coligação de Lousada Viva vai defender esta posição que é: É a ata que deve ser enviada a Associação Nacional de Municípios.» -----

----- Esclarecimento do senhor presidente da Mesa: «Posso mandar a ata, mas o seu parecer é esse. O meu parecer não é esse. O parecer tem de ser um parecer vinculativo da maioria da Assembleia, portanto temos de votar. Se o senhor quiser apresentar, apresenta, se não quiser não apresenta, o problema é seu.»-----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente, senhoras e senhores Deputados. Pessoalmente, eu vou falar sobre isso senhor deputado Carlos Nune. Isto recebeu, isto acompanhado disto, não lhe mostrou, nós não temos culpa, foi acompanhado disto. E isto diz assim aqui, portanto isto é de sete de fevereiro de dois mil e dois é um ofício que veio para o senhor Presidente da Assembleia. O que eu ia dizer era o seguinte: o livro verde foi-se, esta proposta também vai, e é tão simples como isto, também vai. Depois desta data já todos os senhores Presidentes de Câmara pediram uma reunião urgente ao senhor Primeiro-Ministro para debater esta proposta. Vocês julgam que a Lei vai ficar assim, não vai, não tenham dúvidas nenhuma que não vai ficar assim, vai ser alterada, porque há aí Presidentes de Câmara com muito poder e que estão contra isto, e vocês sabem disto. O ofício que veio da Associação Nacional de Municípios diz assim no final: (...) Por isso e com objetivo de habilitar a Associação Nacional Municípios Portugueses a emitir um parecer sobre tal proposta (...), portanto, o senhor presidente pôs isto em análise e discussão e muito bem, porque para emitir um parecer, claro que há aqui vários grupos parlamentares, nós não estamos a discutir agora Lousada, isto é a nível do país, não estamos discutir Lousada. Os Senhores Presidentes da Junta vieram aqui defender a sua dama e a gente já sabe porquê... Mas emitir um parecer sobre tal proposta e só votando o parecer é que o senhor presidente da Assembleia pode informar a Associação Nacional de Municípios, se a Assembleia de

Lousada está contra esta proposta ou está a favor, não tem outra solução, enviar a ata para quê? Os dois presidentes da Junta dizem que estão a favor, nós todos estamos contra, tem que haver alguém... No livro verde, quando foi do livro verde, vocês já tinham aí o mapa do concelho com as freguesias todas, já disse eu vou ser candidato a este, eu vou ser candidato aquela, vocês já tinham isto tudo definido, quando foi o livro verde, andou aí o mapa.» -----

----- Intervenção do Sr. Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu por acaso tive o prazer e a satisfação de no 25 de Abril ter participado ativamente no processo de mudança do poder local, nomeadamente, em todo o distrito de Coimbra e particularmente no concelho de Coimbra. E pude verificar na altura que a seguir à descolonização, a implementação do poder democrático local, foi sem dúvida a maior conquista do povo português, é que está foi mesmo uma conquista do povo português. E verifiquei também em alguns locais adesão que a população tinham aos limites das suas freguesias, é a tudo o que a sua freguesia tinha a igreja, a capela e quando se punha em causa qualquer uma desta situação, assistimos a problemas enormes de agitação social, aquilo que se pretende com esta nova lei é de facto a extinção das freguesias, não de todas mas de muitas. E isso vai em primeiro lugar criar uma grande agitação social, pôr populações umas contra as outras e quero que notem que a situação em Lisboa, Porto ou Coimbra, totalmente diferente da situação aqui na nossa região. E a situação na nossa região é totalmente diferente da situação do Alentejo, e portanto, não se pode criar parâmetros iguais a nível nacional para serem aplicados de maneira igual em todo o território nacional. Também iria provocar, e há quem esteja interessado nisso, que as populações deixassem de participar cada vez mas na vida política portuguesa. Não me digam que é a Troika que impõe isso, porque já temos vários exemplos, de recuos deste governo em relação as imposições da Troika porque na pratica viram que aquilo que defendiam não tinham factos razão de ser, é o caso da meia hora de trabalho queriam impor aos trabalhadores meia hora gratuita, é o caso da TSU a taxa social única que queriam reduzir, é o caso do plano judiciário que está a recuar, e muitos mais casos. Falaram aqui em duas vias, não há só duas via, há uma terceira via, falaram na via ou participávamos na discussão e fazemos propostas segundo este esquema, ou nós alheávamos tudo e depois tínhamos que aceitar aquilo que nós era imposto por Lisboa. Não. Existe uma terceira via, a proposta de Lei ainda é uma proposta, que vai ter de ir a

Assembleia da República e a terceira via é nós darmos aqui um parecer que faça que outros pareceres nos outros concelhos evitem que esta proposta vá para a frente, e seja aprovada, e que outra proposta venha a ser considerada, já lhe digo, em muitos concelhos onde os vossos partidos estão no poder vão votar parecer negativo, não duvidem disso, vocês sabem muito bem isso. Tanto é uma proposta feita a régua e esquadro, ser feita em Lisboa como será feita a régua e esquadro feita em Lousada, com a combinação dos partidos entre si sem a consulta direta às populações, mas toda a gente sabe que já há para aí muita gente, a esfregar as mãos por se vêm como presidentes das Mega Freguesias do concelho de Lousada, em que os outros presidentes de Junta das Freguesias que vão ser extintas, vão ter lugar nos chamado concelho de Freguesia que não tem direito a voto, e que é na linha dos concelho Municipais que já foram aprovados a seguir ao vinte e cindo de Abril e que nunca funcionaram, como todos sabemos, tanto que esta figura já não existe juridicamente. Portanto, na minha opinião a única via é de facto a consulta às populações e o argumento dos agrupamentos não colhe, e não colhe porque eles já existem com as Freguesias que existem, portanto, o que prova que é possível fazer agrupamentos e tomar outras decisões do mesmo tipo, sem extinguir Freguesias, continuando a divisão administrativa conforme se encontra neste momento. Eu quero dizer a minha posição pessoal a partir deste momento porque também já estive em Juntas de Freguesias, uma na de Silvares, outra na minha terra e sei, conheço profundamente aquilo que as populações sentem pelas suas Juntas de Freguesias e vou dizer a minha posição, que mesmo que o meu partido faça uma proposta de fazer a reforma administrativa sem consulta das populações, votarei contra ela, e faço um apelo principalmente aos presidentes de Juntas de Freguesias, que façam o mesmo neste momento.»-----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Queria focar aqui apenas um aspeto, e quero ser muito breve acho que isto já se está a protelar demais. Acho que há aqui uma questão que não foi ponderada, e das duas uma, vamos ser sérios e frontais, primeiro lugar, ainda não ouvi esse grupo parlamentar falar deste aspeto, identidade, o que é a identidade de uma comunidade. Perguntem qual é a identidade, de cada freguesia do concelho de Lousada? Alguém sabe? É porque aquilo que vai acontecer se nós alinharmos por aquele lado, é que daqui a uns anos nós vamos andar a contar história de Lousada Oeste, a uns meninos de não sei de casinhas, mas os meninos de casinhas não vão saber

que existe uma freguesia onde eles habitam que é conhecida porque lá caiu um rei, não vão saber que existem tradições próprias daquele círculo, e o mesmo se aplica a Municípios, mas não vamos por aí, porque eu digo-vos mais, eu não sou completamente contra a reforma administrativa, bem pelo contrario, acho que ela deve existir quando existir vontade das populações consoante a sua identidade em agrupar-se, veja-se um exemplo de reforma administrativa que aconteceu há pouco tempo no nosso território, Lisboa, foram extintas freguesias PS, PS senhor deputado PS não diga mais nada. É de facto isto que nos distingue, sabe qual é a diferença? Eu vou dizer-lhe qual é a diferença que nós distingue, não é só facto de aqui termos tendência de terceira via, de social-democracia, de católicos socialista no qual me insiro, e de liberais deste lado, não é só por causa disso, é pelo simples facto de que enquanto o PS quis realizar e sempre chamou a atenção para a existência e exigência, que se imponha numa reforma administrativa, nomeadamente, através da regionalização que tem consagração institucional e como muito bem referiu o senhor presidente da Mesa da Assembleia é do domínio de competência da Assembleia da República, que se note, o PS já fez essa proposta, agora esta proposta concreta que temos aqui, é uma imposição às populações e é um desrespeito pela sua identidade, sabem porquê? O mesmo está a acontecer com os tribunais, a senhora Ministra da Justiça, e vou dar o exemplo posso dar o exemplo, desculpem lá, propôs a extinção de cinquenta tribunais e já começou a reduzir e o mesmo vai acontecer aqui, sabem porquê? Porque o doutor Carlos Nunes utilizou uma palavra que vai ficar gravada na ata, não obstante a alguns sentimentalismos, eu pergunto o que é que são sentimentalismos? Partidários, apartidários, religiosos! Não sei, não sei quais são os sentimentalismos, e portanto, deixo essa questão, vamos olhar a identidade do povo Lousadense ou não? Em termos pessoais tenho uma coisa a dizer, estritamente pessoal existem mecanismo da Lei para se auscultar o povo, para bom entendedor meia palavra basta, portanto da minha parte tenho total abertura, mas eu não me comprometo a isso é pessoal. O grupo municipal do PS considera que é importante diminuir as despesas mas para isso não há necessidade de extinguir freguesia até porque o peso das mesmas nas despesas públicas no ano de dois mil e onze foi de apenas 0,1% do PIB. Aliás o próprio governo reconhece que dita reorganização administrativa não tem como objetivo a redução da despesa. Na verdade, as compensações que os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e demais membros do executivo auferem são simbólicas face às despesas que os mesmos têm e ao tempo que ocupam com o desempenho

desses mesmos cargos. O Grupo Municipal do PS não concordou com os critérios de organização territorial proposta pelo Governo no “Livro Verde”, nem concorda com os critérios que constam da recente proposta de Lei apresentada pelo Governo. A reforma da administração local apresentada pelo Governo, não passa de uma reforma de freguesias, ou melhor, de extinção de freguesias. Na verdade, contrariamente ao que o Governo alega, as freguesias agregadas perderão a sua identidade, pois vão deixar de existir, passando elas próprias há história, dando lugar a uma nova freguesia. A reforma da administração local não pode ser feita sem que se escute as respetivas populações, tendo em conta os seus interesses e em cooperação estreita com os autarcas de freguesia e do município. As populações locais devem ser previamente auscultadas e participar ativamente nesse processo. O Grupo Municipal do PS recusa uma reforma do mapa das freguesias que se funda exclusivamente em critérios numéricos ou em desenhos de régua e esquadro. O Grupo Municipal do PS não aceita uma reorganização administrativa desenhada nos gabinetes do Terreiro do Paço, por quem não conhece ou não se interessa pelas realidades das populações locais. A reforma da administração local constante da proposta de Lei apresentada pelo Governo é um grande equívoco, como o próprio Presidente da Câmara Municipal do Porto admitiu recentemente. Com efeito, no memorando assinado com a Troika consta o compromisso do Estado Português reduzir o número de autarquias locais. Mas o certo é que Portugal não tem autarquias locais a mais. Portugal tem, isso sim, uma realidade diferente dos outros países que são as freguesias. O Governo devia explicar esta realidade à Troika, dando-se sem efeito o compromisso da redução das autarquias locais. Aliás, estranha-se que a proposta do Governo não contemple a redução do número de municípios, quando existem no país concelhos com menos população que grande parte das freguesias do concelho de Lousada. O Grupo Municipal do PS desconhece a existência de estudos que demonstrem que a atual organização administrativa das freguesias seja ineficiente, bem como estudos que demonstrem que a reorganização administrativa proposta pelo Governo seja mais eficiente. Se a reforma vier a ser implementada tal como consta da proposta do Governo, quem ficará a perder são as populações locais e, em particular, os mais desfavorecidos que deixarão de ter a proximidade que tinham com o Presidente da Junta. As juntas de freguesia são o garante da presença do poder democrático e a entidade que representa a proximidade entre eleitos e eleitores. Face ao exposto, o Grupo Municipal do PS propõe que esta Assembleia Municipal delibere no sentido de

manifestar a sua discordância com a proposta de Lei apresentada pelo Governo.» -----

----- Era uma hora e vinte e três minutos quando se ausentaram definitivamente desta sessão os seguintes membros: António Filipe Barbosa e António de Sousa Meireles, presidente de Junta de Freguesia de Caide de Rei -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: «Não posso deixar de aproveitar a oportunidade para tecer algumas considerações, sem prejuízo de correr o risco de me repetir, face ao que aqui ouvimos. Mas não posso começar desde logo.» -----

----- Esclarecimento do senhor presidente da Mesa: «Se quiser apresentar senão a Mesa rejeita. Isto não é parecer, a mesa não pode aceitar como parecer. O senhor sabe perfeitamente o que é um parecer, o senhor sabe português, não sabe? Quer apresentar um parecer apresenta, agora isto dizer para apresentar a ata, que o parecer é a ata, isso não é nenhum parecer. A mesa recusa este parecer para pôr a votação porque isto não é nenhum parecer. A mesa não aceita a proposta, tem esse direito. Se os senhores quiserem apresentar um parecer, apresenta isto não é nenhum parecer está a gozar com Assembleia Municipal, ao querer apresentar de parecer uma recomendação para pôr a ata, o parecer que têm de dar é sobre aquele Decreto-Lei. O senhor tem de respeitar esta Assembleia, não é a mim, é a Assembleia, isto é um processo da Assembleia não aceito, não é um parecer, façam como quiserem podem ir todos embora o problema é de vocês. Em reunião de líderes ficou decidido que apresentavam um parecer não querem apresentar não apresentam, isto é falta de respeito por esta Assembleia, não é por mim é pela Assembleia.» -----

----- Era uma hora e vinte e cinco minutos quando se ausentaram definitivamente desta sessão os seguintes membros: Carlos Manuel Nunes, Claudia Patricia Lousada, Cristóvão Simão Ribeiro, Maria Emilia Chamusca, Virginia Luzia Monteiro, Joaquim José Bessa e Alberto Carlos Sousa presidente de Junta de Freguesia de Macieira -----

----- Continuação da resposta do Sr. Vice-presidente: «Vou tentar ser breve, começando pela questão da Troika, já aqui foi dito e é verdade a Troika não

impõem que assim seja, o próprio Presidente da Câmara do Porto reconheceu que isso era um grande equívoco, que não era obrigatório, e ainda que não fosse um equívoco pela questão da despesa ficava logo desmontado, porque se o objetivo era reduzir a despesa e se é o próprio governo que admite que o objetivo desta reforma não é cortar na despesa, portanto esse argumento pura e simplesmente não colhe. Depois, é pena não ter aqui as pessoas, mas não posso deixar de dizer aquilo que me vai na alma, e relativamente a intervenção do Deputado, Filipe Barbosa, percebo a dificuldade, e percebo também esta escapatória que tiveram para fugir à questão, que é disto que se trata, foi fugir a questão, porque na hora da votação era difícil e eu percebo isso, mas o senhor deputado doutor Filipe Barbosa, disse o seguinte, esta é a reforma ideal, talvez não? Foi ele que disse, este é timing ideal? Talvez não, foi ele que disse, mas foi imposto, é a conclusão, portanto, no fundo nós todos aqui acabamos de ouvir foi uma teoria da inevitabilidade, tem que ser, se alguém nos impos quando e ficou demonstrado que não tem de ser, tem de ser se o governo persistir, aí certamente terá de ser, e se não houver percalços pelo caminho, porque já houveram alguns não é, nomeadamente no que respeita ao livro verde, havia uma determinada proposta que ainda era pior de que esta para o caso de Lousada, e o Grupo Parlamentar e os vereadores eleitos pelo partido socialista, foram convidados a se sentar a mesa para negociar uma solução à luz daqueles critérios, de facto se sim fosse já estaríamos muito além daquilo que agora se perspetiva que seja obrigatório, em boa hora nos recusamos em nos sentar, discutir tal proposta. Depois, ouvi aqui falar em partidarites, em frases soltas, em conceitos indeterminados que não dizem coisa nenhuma, porque dizer-se projeto de desenvolvimento diferente, sim, mas é um projeto melhor, porquê? Alguém percebeu porque é que é melhor? Temos que dar respostas positivas, resposta cabais, parecemos meninos a brincar às casinhas, mas isto não diz nada, isto não diz nada e eu pegando no mesmo tipo de discurso podia dizer outra coisa, isto não é brincar as casinhas isto é brincar ao monopólio é para ver quem é que fica com a casinha maior. Mas enfim, conforme aqui já foi dito também, já havia aí mapas a circular, já havia aí candidatos para alguma freguesias e portanto eu percebo o nervosismo. Depois, concordo com o Sr. Ferro, de facto isto é uma matéria muito complicada, muito sensível poderá por ventura provocar alguma agitação social e parece-me que o país neste momento precisa de estabilidade, o país não precisa de agitação social, já existe que chegue, o país precisa sim, crescer em termos de emprego, em termos económicos, e portanto, quando o próprio governo admite e isto ou

esta proposta não visa a poupança eu sinceramente não percebo, a não ser por teimosia. Basicamente é isso, no fundo e em jeito de conclusão e pegando ainda naquilo que disse sobre a teoria da inevitabilidade, eu resumia a posição da Coligação ao seguinte, a sentença de morte está anunciada, e portanto, vocês podem escolher o modo como a pena pode ser executada, porventura a menos dolorosa, cadeira elétrica, enforcamento, isso podem escolher, senão pode ser bem pior, o sofrimento pode muito superior, mas é inevitável portanto meus amigos estamos mal quando nós conformamos com as situações e quando não lutamos por aquilo em que acreditamos» -----

----- E o Parecer A do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária de Lousada do seguinte teor: “ Será de referir que já em 23 Setembro de 2011 a CDU apresentou uma Moção a condenar esta reforma administrativa, então proposta em forma de “Livro Verde”, que recolheu aprovação total (com apenas 1 votos a favor, da CDU- (PCP/PEV), e a abstenção dos restantes membros desta Assembleia – c/ 40 abstenções).Concluído o período de debate público do Documento Verde seria de admitir que o Governo tirasse as consequências da auscultação possível em 90 dias, que ainda assim se traduziu numa expressiva rejeição do Documento, designadamente quanto ao eixo da Organização do Território, com relevo para a extinção de freguesias. No entanto a proposta de Lei sobre a reforma do mapa autárquico elaborada pelo Governo para apresentar à Assembleia da República não poderia ter ignorado de forma mais primária o sentido dessa auscultação. Ignorou o Congresso da Associação Nacional de Freguesias. Ignorou numerosas Assembleias Municipais e de Freguesia, e outros órgãos, como esta Assembleia Municipal de Lousada. Ignorou os movimentos de cidadãos e as manifestações populares realizadas em diversos pontos do País. Face ao conteúdo da nova proposta conclui-se que o Governo fez tábua rasa do que viu e ouviu, e reitera os seus objetivos, agora de forma imperativa, num processo marcado pela arrogância e o recurso à chantagem. Promete às freguesias que aceitem voluntariamente agregar-se, majorações financeiras de 15%. Promete aos Municípios que aceitem fundir-se “o acesso preferencial a linhas de crédito”, entre outras benesses. Se tal viesse a acontecer, todas as outras autarquias perderiam duplamente, por via dos cortes orçamentais e por via do efeito daquelas majorações no montante global do Fundo de Financiamento de Freguesias. Esta postura de promessa de vantagens materiais para atingir determinados fins pode até ser corrente

na atividade económica e na vida empresarial. No entanto, nas relações entre instituições democráticas, que se regem por valores e prosseguem objetivos comuns, entre os quais se contam o de promover a igualdade de direitos entre todos os cidadãos e a coesão nacional, é uma postura chantagista, imprópria e perversa. O Governo fixa imperativamente quotas de extinção de freguesias de cumprimento obrigatório, às quais se teriam de submeter os “pronunciamentos” das Assembleias Municipais e os “pareceres” das Assembleias de Freguesia. Está escrito que se as decisões não forem conformes aos parâmetros definidos, ou não haja pronúncia, então a Unidade Técnica a criar no âmbito da Assembleia da República seguirá os procedimentos necessários para que as extinções ocorram. Trata-se, a ser aprovada, de uma verdadeira afronta aos órgãos do Poder Local Democrático e um profundo golpe na sua autonomia, constitucionalmente consagrada. A recente proposta do Governo altera os critérios mas mantém os objetivos de eliminar cerca de 1/3 das freguesias, não por qualquer necessidade objetiva ou premente mas alegadamente para satisfazer os compromissos assumidos com a Troika. Para o efeito define novos parâmetros, pelos quais todas as freguesias, e não apenas as previstas no Documento Verde, passam a integrar um universo a extinguir, de 50 a 55% na malha urbana e de 25 a 35% no meio rural. Mais uma vez, os critérios definidos, sem rigor nem precisão, servem os objetivos enunciados. Se tal se concretizasse, as consequências seriam trágicas: redução de mais de 20 mil autarcas eleitos, que hoje asseguram a ligação com as populações, milhares de trabalhadores condenados ao despedimento ou à mobilidade, aprofundamento das assimetrias, perdas na coesão territorial, social e económica, acentuação da desertificação, acesso mais difícil aos serviços públicos, muitos dos quais inevitavelmente com menos qualidade. Justamente o inverso das motivações proclamadas pelo Governo na sua proposta, de “reforço da coesão”, “ganhos de eficiência e de escala” e a “melhoria da prestação dos serviços públicos”. Está em causa o Poder Local com a natureza e a configuração que o tornaram numa das mais importantes e perenes conquistas do 25 de Abril. Está em causa a democracia de proximidade, estão em causa direitos cívicos e humanos que a todos nós cabe a responsabilidade de defender. Considerando esta avaliação do diploma apresentado pelo Governo à Assembleia da República, a Assembleia Municipal de Lousada, reunida em 24 de Fevereiro de 2012, delibera o seguinte parecer: 1. Manifestar a sua oposição à proposta de Lei do Governo apresentada à Assembleia da República relativa à Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.

2. Apelar à Assembleia da República e ao Governo que promovam um efetivo e genuíno processo de diálogo com as autarquias e seus órgãos representativos. 3. Enviar cópia desta deliberação / “Parecer” ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Associação Nacional de Municípios, aos órgãos de comunicação social sediados em Lousada e no Vale do Sousa.»-----

----- O Parecer A que foi aprovado por trinta e dois votos a favor e quatro abstenções dos seguintes membros: Mário Fernando Fonseca, José Augusto Campos Barros, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares e Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Carlos Manuel Nunes, Claudia Patricia Lousada, Cristóvão Simão Ribeiro, Maria Emilia Chamusca, Virginia Luzia Monteiro, António Filipe Barbosa, Joaquim José Bessa, António de Sousa Meireles, presidente de Junta de Freguesia de Caide de Rei, João Edgar Avelino presidente de Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida e Alberto Carlos Sousa presidente de Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- Declaração de voto do senhor José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” – Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «É uma coisa muito simples. Independentemente, de estar de acordo, com algumas das objeções levantadas pelo grupo parlamentar Partido Socialista, outras não aceito de modo algum, na minha maneira de ser. Independente como sempre. Em face, de não haver uma outra alternativa a minha posição, é de abstenção. Lamento não ter sido apresentada outra alternativa e por isso mesmo é que aqui fiquei. De qualquer maneira, há também um fator que pesa e digo-o frontalmente, como é minha característica, na minha abstenção. É estar plenamente convencido que de acordo com as dúvidas que levantei noutra intervenção, noutra assembleia, há um aproveitamento político ou partidário de um descontentamento normal das populações, porque qualquer ação provoca uma reação, qualquer alteração provoca descontentamento. E julgo que este aproveitamento não tem razão de ser; devem ser sim defendidos os verdadeiros interesses da população, depois devidamente informadas e esclarecidas. Primeiro informadas, esclarecidas e depois dar voz à população. É por isso que está aqui a razão

da minha abstenção.» -----

----- De seguida foi posta à votação o Parecer B do seguinte teor: «O Grupo Municipal do PS considera que é importante diminuir as despesas, mas para isso não há necessidade de extinguir freguesias, até porque o peso das mesmas na despesa pública, no ano de 2011, foi de apenas 0,1% do PIB. Aliás, o próprio Governo reconhece que a dita reorganização administrativa não tem como objetivo a redução da despesa. Na verdade, as compensações que os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e demais membros do executivo auferem são simbólicas face às despesas que os mesmos têm e ao tempo que ocupam com o desempenho desses cargos. O Grupo Municipal do PS não concordou com os critérios de organização territorial proposta pelo Governo no “Livro Verde”, nem concorda com os critérios que constam da recente proposta de Lei apresentada pelo Governo. A reforma da administração local apresentada pelo Governo, não passa de uma reforma de freguesias, ou melhor, de extinção de freguesias. Na verdade, contrariamente ao que o Governo alega, as freguesias agregadas perderão a sua identidade, pois vão deixar de existir, passando elas próprias há história, dando lugar a uma nova freguesia. A reforma da administração local não pode ser feita sem que se escute as respetivas populações, tendo em conta os seus interesses e em cooperação estreita com os autarcas de freguesia e do município. As populações locais devem ser previamente auscultadas e participar ativamente nesse processo. O Grupo Municipal do PS recusa uma reforma do mapa das freguesias que se funda exclusivamente em critérios numéricos ou em desenhos de régua e esquadro. O Grupo Municipal do PS não aceita uma reorganização administrativa desenhada nos gabinetes do Terreiro do Paço, por quem não conhece ou não se interessa pelas realidades das populações locais. A reforma da administração local constante da proposta de Lei apresentada pelo Governo é um grande equívoco, como o próprio Presidente da Câmara Municipal do Porto admitiu recentemente. Com efeito, no memorando assinado com a Troika consta o compromisso do Estado Português reduzir o número de autarquias locais. Mas o certo é que Portugal não tem autarquias locais a mais. Portugal tem, isso sim, uma realidade diferente dos outros países que são as freguesias. O Governo devia explicar esta realidade à Troika, dando-se sem efeito o compromisso da redução das autarquias locais. Aliás, estranha-se que a proposta do Governo não contemple a redução do número de municípios, quando existem no país concelhos com menos população que grande parte das freguesias do

concelho de Lousada. O Grupo Municipal do PS desconhece a existência de estudos que demonstrem que a atual organização administrativa das freguesias seja ineficiente, bem como estudos que demonstrem que a reorganização administrativa proposta pelo Governo seja mais eficiente. Se a reforma vier a ser implementada tal como consta da proposta do Governo, quem ficará a perder são as populações locais e, em particular, os mais desfavorecidos que deixarão de ter a proximidade que tinham com o Presidente da Junta. As juntas de freguesia são o garante da presença do poder democrático e a entidade que representa a proximidade entre eleitos e eleitores. Face ao exposto, o Grupo Municipal do PS propõe que esta Assembleia Municipal delibere no sentido de manifestar a sua discordância com a proposta de Lei apresentada pelo Governo” que teve 33 votos a favor e 3 abstenções. Com uma declaração de voto do membro João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: “ A minha declaração de voto, que exprimo em termos pessoais, refere-se não só aquilo que já falei anteriormente, que aqui considero, desde já reproduzido. Não só aos fatos que se encontram também reproduzidos no próprio parecer, mas porque de fato isto trata-se de um mero parecer que vai para uma associação a que de fato Lousada enquanto concelho, pertence. Demais, enquanto eleito local não me demito de falar em nome do meu povo» que foi aprovada por trinta e três votos a favor e três abstenções dos seguintes membros: José Augusto Campos Barros, Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares e Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Carlos Manuel Nunes, Claudia Patricia Lousada, Cristóvão Simão Ribeiro, Maria Emilia Chamusca, Virginia Luzia Monteiro, António Filipe Barbosa, Joaquim José Bessa, António de Sousa Meireles, presidente de Junta de Freguesia de Caide de Rei, João Edgar Avelino presidente de Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida e Alberto Carlos Sousa presidente de Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- Declaração de voto do senhor João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: “ A minha declaração de voto, que exprimo em termos pessoais, refere-se não só aquilo que já falei anteriormente, que aqui considero, desde já reproduzido. Não só aos fatos que se encontram também reproduzidos no próprio parecer, mas porque de fato isto trata-se de um mero parecer que vai para uma associação a que de fato Lousada

enquanto concelho, pertence. Demais, enquanto eleito local não me demito de falar em nome do meu povo.” -----

----- E do membro Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares: “Abstive-me, nesta votação, em conformidade com as declarações que proferi anteriormente. Ou seja, acho que este processo, da forma como foi feito, não é o mais correto para que nós possamos ter no concelho de Lousada uma verdadeira reforma administrativa, na medida em que vi da parte do partido Socialista e da maior parte das pessoas concordarem, que acham que é necessário para o país uma reforma administrativa. Não concordando com esta reforma administrativa em que também, em alguns pontos, não concordo. E, portanto, estou de acordo com algumas das questões levantadas quer pelo partido Socialista, quer pela CDU. Mas nem todas as propostas podem ser consideradas perfeitas. Achei que falta aqui nesta câmara, quando digo câmara que se entenda bem, agora de uma vez por todas, parece que não há bom entendimento nisso, falta aqui nesta câmara o restante da proposta que é a contraproposta. Ou seja, juntamente com este parecer deveria haver, também, junto a ele, propostas alternativas daquilo que nós consideramos que devia ser a nossa proposta. E, portanto, é por isso que me abstenho.”-----

----- Eram uma hora e quarenta e cinco minutos quando e ausentou definitivamente desta sessão os seguintes membros: Dora Manuela Rocha e Joaquim Cardoso -----

----- QUINTO PONTO – Documentos Previsionais – Ano 2012 da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM-TS) -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos previsionais para o ano 2012 da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, conforme estabelece o nº 2 do art. 29º dos estatutos da CIM-TS. ----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Faltou à sessão os seguintes membros: -----

----- Maria de Lurdes Castro;-----

----- José Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira

----- Jose Luis Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apenas a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos.-----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Carlos Manuel Nunes, Joaquim Cardoso, Claudia Patricia Lousada, Cristóvão Simão Ribeiro, Dora Manuela Rocha, Maria Emilia Chamusca, Virginia Luzia Monteiro, António Filipe Barbosa, Joaquim José Bessa, António de Sousa Meireles, presidente de Junta de Freguesia de Caide de Rei, João Edgar Avelino presidente de Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida e Alberto Carlos Sousa presidente de Junta de Freguesia de Macieira

----- Era uma hora e cinquenta e um minuto quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA
